



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

KELLY CRISTINA DOS REIS CAVALCANTE

**REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO  
DISTRITO FEDERAL E ENTORNO, RIDE-DF: OBJETIVOS  
VERSUS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS.**

Brasília – DF

2019

## FICHA CATALÓGRAFICA

CAVALCANTE, Kelly Cristina dos Reis.

Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, RIDE-DF: Objetivos versus Desigualdades socioeconômicas. /Kelly Cristina dos Reis Cavalcante, Brasília: Universidade de Brasília, Orientador: Prof.Dr. Marcelo Driemeyer Wilbert. 2019.

59 fl. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Especialização em Gestão Pública Municipal – Brasília-DF, Universidade de Brasília, 2019.

1. RIDE-DF. 2. Indicadores Sociais. 3. Desenvolvimento Social. 4. Desigualdade Socioeconômica.

**Universidade de Brasília – UnB**

**Reitora:**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Abrahão Moura

**Vice-Reitor:**

Prof. Dr. Enrique Huelva

**Decana de Pós-Graduação:**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helena Eri Shimizu

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão  
Pública:**

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

**Chefe do Departamento de Administração:**

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

**Coordenadora do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal**

Profa. Dr<sup>a</sup>. Fátima de Souza Freire

KELLY CRISTINA DOS REIS CAVALCANTE

**REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E  
ENTORNO, RIDE-DF: OBJETIVOS *VERSUS* DESIGUALDADES  
SOCIOECONÔMICAS.**

Monografia apresentada ao Departamento de  
Administração como requisito parcial à  
obtenção do certificado de especialista (*Lato  
Sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professor(a) Orientador(a): Prof. Dr. Marcelo  
Driemeyer Wilbert

Alto Paraíso – GO

2019

KELLY CRISTINA DOS REIS CAVALCANTE

**REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E  
ENTORNO, RIDE-DF: OBJETIVOS *VERSUS* DESIGUALDADES  
SOCIOECONÔMICAS.**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

**Kelly Cristina dos Reis Cavalcante**

Prof. Dr Marcelo Driemeyer Wilbert  
Professor-Orientador

Prof. Ma Meire Cristina Cunha  
Professor Examinador

Alto Paraíso - GO, 27 de abril de 2019

Dedico esta monografia a Deus, à minha família (filho e marido) em especial aos amigos Nice e Mestre Wesley, meus motivadores e fontes de inspiração, os quais sempre acreditaram em minha vitória nessa longa e trabalhosa jornada em busca do conhecimento.

## AGRADECIMENTOS

A Deus por abençoar meu caminho e mostrar que mesmo com as dificuldades que a vida te impõe e de fazem chorar e querer desistir, é necessário, acreditar, ter fé e coragem para alcançar aquilo que Ele reservou com muito cuidado e amor para mim.

A minha mãe por ter me dado à vida e a oportunidade de estar aqui para explorar o conhecimento e as experiências do dia-dia que podem nos tornar um ser humano melhor.

A minha família, Anderson Junior (filho) e Jandir Oberosler (esposo), por me incentivarem, terem aguentado todas as dificuldades e estresses vividos para alcançar esse objetivo. É por vocês e para vocês essa vitória na qual alcancei após tantas dificuldades, pois sem o apoio e compreensão nada disso seria possível.

A amiga e irmã Elenice Ajala (Nice), enviada por Deus e para mostrar a minha pessoa o verdadeiro sentido das palavras, irmandade, amizade e amor. Você foi aquela que me fez acreditar na força e na coragem, mas com muita leveza. Foi à frase que você me dizia sempre com muito carinho nos momentos difíceis: “Você é como a fênix que sempre renasce das cinzas”, foi e ainda é o meu combustível para querer continuar essa fantástica jornada que é a vida e o conhecimento.

A amiga Daniele Rodrigues Miranda, que no momento da minha fraqueza, me fez acreditar que existe um Deus poderoso, onipotente e misericordioso.

Ao meu orientador, Professor Doutor Marcelo Driemeyer Wilbert, pelo tempo disponibilizado e pela aprendizagem adquiridos nessa caminhada.

Ao Ma.Wescley da Silva Alves que acreditou nesse projeto e auxiliou-me com seus conhecimentos, tirando minhas dúvidas e compartilhando o seu saber.

Ao amigo, Professor Doutor Bruno Dallago, pelo incentivo e apoio nessa trajetória do conhecimento.

As Professoras, Fátima de Souza Freire e Izabella Lacerda Pimenta exemplos de profissionais e gestoras. Ensinou-me o sentido da palavra humanismo.

Por fim, agradeço a todos meus amigos, professores e colegas de trabalho que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu alcance o mérito de ser Especialista em Gestão Pública Municipal.

*“A verdadeira viagem do descobrimento não consiste em procurar novas paisagens, mas em ver com novos olhos”.*

(Marcel Proust)

## RESUMO

Instituída pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro e sancionada por meio da Lei Complementar nº 163, de 14 de junho de 2018, a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, RIDE-DF, tem como objetivo reduzir as desigualdades sociais e regionais, proporcionando o avanço do progresso, tratando de interesses e serviços comuns aos 33 municípios adjacentes e do Distrito Federal. Buscou investigar a aplicação e o cumprimento dos objetivos estabelecidos para criação da Região, pela mensuração dos indicadores sociais. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, associada a estatística exploratória e agregada a pesquisa analítica em determinado período. Com a presente pesquisa tornou-se possível aferir os indicadores sociais, IDH-M e seus índices, IDEB e Renda per capita, proporcionando uma análise de nivelamento da desigualdade socioeconômica dos municípios pertencentes a região

Palavras-chave: RIDE-DF. Indicadores Sociais. Desenvolvimento Social.  
Desigualdade Socioeconômica.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa atualizado da Região Integrada de Desenvolvimento Economico do Distrito Federal. ....	17
Figura 2 – Percentual das atividades econômicas exercidas pelo Distrito Federal . ....	19
Figura 3 – Percentual das atividades econômicas exercidas pelos Municípios de Goiás .....	22
Figura 4 – Percentual das atividades econômicas exercidas pelos Municípios de Minas Gerais. ....	24
Figura 5 – Faixa de Desenvolvimento Humano Municipal .....	27
Figura 6 – Escala do andamento dos sistemas de ensino . ....	28
Gráfico 1 – Média e Desvio Padrão do IDH-M dos municípios da RIDE-DF .....	34
Gráfico 2 – Média e Desvio Padrão do IDHM-E dos municípios da RIDE-DF . ....	35
Gráfico 3 – Média e Desvio Padrão do IDEB dos municípios da RIDE-DF . ....	35
Gráfico 4 – Média e Desvio Padrão do IDHM-R dos municípios da RIDE-DF .....	36
Gráfico 5 – Evolução da Média do PIB per capita nos municípios da RIDE-DF .....	37
Gráfico 6 – Evolução do Desvio Padrão do PIB per capita médio dos municípios da RIDE-DF .....	38
Gráfico 7 – IPCA e a Inflação anual da RIDE-DF .....	34

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ranking de Desempenho Econômico dos Municípios do Goiás Pertencentes a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal.....	21
Tabela 2 – Ranking de Desempenho Econômico dos Municípios de Minas Gerais Pertencentes a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal.....	23
Tabela 3 – Dados do IDH-M dos Municípios da RIDE-DF.....	46
Tabela 4 – Dados do IDHM-E dos Municípios da RIDE-DF.....	48
Tabela 5 – Dados do IDEB dos Municípios da RIDE-DF.....	50
Tabela 6 – Dados do IDH-R dos Municípios da RIDE-DF.....	54
Tabela 7 – Dados do PIB per capita dos Municípios da RIDE-DF.....	56
Tabela 8 – Dados do IDH-L dos Municípios da RIDE-DF.....	58

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COARIDE – Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IDHM – R - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Renda

IDHM –E - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Educação

IDHM-L – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Longevidade

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPEIA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MEC – Ministério da Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RIDE - – Região Integrada de Desenvolvimento Econômico

RIDE-DF – Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
1.1	Contextualização	11
1.2	Formulação do problema	11
1.3	Objetivo Geral	12
1.4	Objetivos Específicos	12
1.5	Justificativa	12
<b>2</b>	<b>REVISÃO TEÓRICA</b>	<b>14</b>
2.1	Histórico da RIDE-DF e sua Referência de Legislação	14
2.2	Estrutura Socioeconômica do Distrito Federal e dos Municípios Adjacentes a RIDE-DF	18
2.2.1	Distrito Federal	18
2.2.2	Municípios de Goiás	20
2.2.3	Municípios de Minas Gerais	22
2.3	Indicadores sociais e a desigualdade socioeconômica	24
2.3.1	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM	26
2.3.2	IDEB	28
<b>3</b>	<b>MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA</b>	<b>29</b>
3.1	Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa	29
3.2	Caracterização da organização, setor ou área <i>locus</i> do estudo	30
3.3	População e amostra ou Participantes da pesquisa	30
3.4	Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa	31
3.5	Procedimentos de coleta e de análise de dados	31
<b>4</b>	<b>MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA</b>	<b>33</b>
4.1	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M	33
4.2	Educação	34
4.3	Renda	36
4.4	Saúde	39
4.5	Discussão	40
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES</b>	<b>42</b>
	<b>REFERÊNCIA</b>	<b>43</b>
	<b>APÊNDICES</b>	<b>46</b>
	APÊNDICE A – DADOS DO IDH-M DOS MUNICÍPIOS DA RIDE-DF	46
	APÊNDICE B – DADOS DO IDHM-E DOS MUNICÍPIOS DA RIDE-DF	48
	APÊNDICE C – DADOS DO IDEB DOS MUNICÍPIOS DA RIDE-DF	50
	APÊNDICE D – DADOS DO IDHM-R DOS MUNICÍPIOS DA RIDE-DF	54
	APÊNDICE E – DADOS DO PIB PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS DA RIDE-DF	56
	APÊNDICE F – DADOS DO IDHM-L DOS MUNICÍPIOS DA RIDE-DF	58

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de uma gama de desigualdades que ora desenvolve meios de minorá-las, ora esquece-las, ignorando o sujeito “o cidadão”. De tempos em tempos, somos continuamente desafiados pelas adversidades e atrocidades que o tema nos remete. Vários órgãos e instituições têm buscado, por meio de levantamentos e indicadores, índices que possam medir e proporcionar ao público participativo, uma medida capaz de orienta-los nos debates e nas políticas pública, no quesito que diz respeito tanto à pobreza quanto à desigualdade. Nossas diferenças são tamanhas e abrangem diversos tópicos: como educação, saúde, gênero, renda, aspectos regionais e aspectos de localização.

Por termos um vasto território demográfico, segundo IBGE, cerca de 8.515.759.090 km<sup>2</sup>, e uma população estimada de 208.494.900 pessoas, somos um país geograficamente diverso, fazendo-se necessário, analisarmos de forma detalhada, cada município, pois cada um têm suas peculiaridades e divergências quando o assunto é desigualdade. Pinheiro (2010), explana essa vertente:

A desigualdade, que divide os municípios entre ricos e pobres, se revela na existência ou não de sedes de empresas, de agências bancárias, de domínios de internet, de aeroportos, de cinemas e teatros, e, mais ainda, nas oportunidades de emprego e estudo que oferecem aos seus moradores, na oferta de serviços de saúde, de justiça, de segurança, etc.” (PINHEIRO, 2010, p. 20).

Por haver essa divisão entre os municípios e suas diferenças, é que os indicadores assumem um papel de extrema relevância para a elaboração de políticas públicas e atividades de planejamento, formulando políticas sociais que favoreçam a comunidade como um todo, monitorando as condições de vida e o bem estar social, diagnosticando o processo ou retrocesso da mesma, além de avaliar e verificar, de forma eficiente, os resultados da aplicação das políticas implementadas.

Com os indicadores, cada município, terá um retrato atual e diversificado, para que seus gestores possam elaborar e administrar projetos sociais em prol daqueles que sentem-se desiguais e excluídos em sua comunidade, minimizando as diferenças gerais e elevando os índices para um patamar mais elevado.

A criação da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, RIDE-DF, buscou-se de forma pontual, reduzir as desigualdades sociais e regionais,

proporcionando o avanço do progresso e tratando, de forma igualitária, dos interesses e serviços comuns a seus integrantes, cabendo ao Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – COARIDE, que é vinculado à Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste- SUDECO, coordenador e supervisionar ações, planos e ou programas que tenham como objetivo, minimizar as diferenças sociais e proporcionar o desenvolvimento regional, conforme previsto no Art. 3º do Decreto 7.469 de 04 de maio de 2011 (Brasil, 2011).

Após sancionada a Lei Complementar de nº 163 de 14 de junho de 2018 (Brasil, 2018), a Região é composta pela junção de 29 municípios pertencentes ao Goiás, mais 4 do estado de Minas Gerais e Capital do País, totalizando 33 municípios e o Distrito Federal Com a sua criação, observou-se que um crescente número de políticas sustentáveis e igualitárias foram implementadas, nesses municípios, visando ampliar as oportunidades para os excluídos, dando maior consciência as suas reais dificuldades e apontando indicadores que possibilitem melhor qualidade de vida para essa população. Ignácio (2010, p. 189), afirma que:

As informações estatísticas devem ser concisas, específicas e eficazes, fornecendo, assim, subsídios imprescindíveis para a tomada de decisão. Neste sentido, a estatística fornece ferramentas importantes para que os governos possam definir melhor suas metas, avaliar sua performance, identificar seus pontos fortes e fracos e atuar na melhoria contínua das políticas públicas. (IGNÁCIO, 2010, p.189).

Em razão disso, medir e avaliar os impactos do que foi e tem sido feito para minimizar tais diferenças, por meio desses indicadores, fazem parte do processo para a busca de resultados favoráveis a criação de políticas públicas, aumentando assim, as chances de tomar decisões acertadas, auxiliando os gestores a entender melhor sua população e organizar seus gastos com os interesses comuns as comunidades pertencentes a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.

## **1.1 Contextualização**

Diante da interpretação dos pontos ressaltados, este trabalho tem como seu principal objetivo, mensurar os indicadores sociais, trazendo de forma comparativa se os principais objetivos da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal têm reduzido as desigualdades socioeconômicas, proporcionando de forma igualitária os interesses e serviços comuns a seus integrantes, impulsionando o avanço do progresso. Para isso, foram estruturados dois capítulos, além desta apresentação e das considerações finais.

No primeiro capítulo é apresentado o histórico da RIDE-DF e sua referência de legislação; descreve-se a estrutura socioeconômica e os indicadores sociais que nivelaram as desigualdades do Distrito Federal e dos Municípios Adjacentes.

Em seguida, no capítulo dois, é descrita, e brevemente discutida a metodologia usada para analisar os dados estatísticos sociais, econômicos e demográficos, produzidos, compilados e disseminados por diferentes agências situadas no âmbito federal, estadual e municipal, seguido da apresentação dos resultados e sua discussão visando, por meio dessa análise, mensurar e comparar o nível de desigualdade e exclusão social, de forma evolutiva, proporcionando aos gestores dados que auxiliem na implementação de políticas públicas que possam tratar de forma igualitária e humanística, atendendo aos anseios da população pertencente a região estudada.

## **1.2 Formulação do problema**

Com a consolidação de Brasília como capital do país, ocorreu que a população dos municípios limítrofes ao Distrito Federal migrou, por acreditarem que nessa região teriam melhores condições e oportunidades, o que propiciou um desequilíbrio econômico e social na cidade e nos municípios dessa região. Com o intuito de minimizar tais desequilíbrios, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal – RIDE-DF, tem buscado desenvolver políticas e propostas de planejamento que enfatizem a redução das desigualdades regionais, integralizando os objetivos comuns, nas áreas compartilhadas, promovendo o desenvolvimento socioeconômico do conjunto de municípios pertencentes.

Após as considerações, pode-se afirmar que ocorre evolução do desenvolvimento socioeconômico da RIDE-DF e redução das desigualdades socioeconômicas?

### 1.3 Objetivo Geral

Analisar se a RIDE-DF está atingindo seus principais objetivos que são, reduzir as desigualdades sociais e regionais, proporcionando de forma igualitária os interesses e serviços comuns a seus integrantes, impulsionando o avanço do progresso.

### 1.4 Objetivos Específicos

- Descrever o histórico da RIDE-DF e sua referência de legislação,
- Mapear as estruturas socioeconômicas e suas atividades econômicas;
- Apontar através dos indicadores sociais, de forma comparativa e evolutiva o nível de desigualdade socioeconômicas e o desenvolvimento dos municípios pertencentes a RIDE-DF.

### 1.5 Justificativa

O tema a ser abordado é de extrema relevância para a academia, pois, o campo de estudos em Indicadores Sociais e Políticas Públicas vem tornando-se uma das ferramentas mais utilizadas pelos gestores na elaboração de processos que visem a redução das desigualdades socioeconômicas, auxiliando a tomada de decisões e buscando meios para alcançar um maior desempenho econômico nas cidades. Na visão de Jannuzzi (2016, p. 11):

Finalmente, depois de muito tempo confinados às esferas técnicas acadêmicas, no âmbito dos órgãos de Planejamento Público e universidades, os Indicadores Sociais passaram a integrar o vocabulário corrente dos agentes políticos responsáveis, em última instância, pela definição das prioridades das políticas sociais e alocação dos recursos públicos. Os Indicadores Sociais deixaram de figurar apenas nos diagnósticos e relatórios governamentais ganhando um papel mais relevante nas arenas de discussão política social da sociedade brasileira nesta virada de século.” (JANNUZZI, 2016, p.11)

Ou seja, os Indicadores Sociais além de serem um conjunto de dados estatísticos, são capazes de retratar os aspectos da vida social e geográfico de um país, região ou município, bem como definir quais são prioridades a serem adotadas para um maior desenvolvimento social e político de uma sociedade e ou comunidade.

Diante do exposto, o art. 43 da Constituição Federal de 1988, visando o desenvolvimento e a redução de desigualdades, criou a possibilidade de instituir-se regiões em desenvolvimento em municípios de diferentes estados, mas integrantes do mesmo complexo social e geoeconômico, partindo desse princípio, criou-se as Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDEs, que tem como objetivo articular as ações da União em um mesmo complexo social e geoeconômico, realizar projetos que busque à dinamização econômica dos municípios com baixo desenvolvimento, priorizando os recursos públicos em iniciativas e investimentos que minimize as desigualdades sociais, as quais estejam de acordo com interesse comum de todos os municípios envolvidos.

O surgimento da primeira Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal, 1998, inicialmente com 22 municípios e o Distrito Federal, tiveram como foco principal a criação de projetos e programas que trouxessem a melhoria dos serviços públicos comuns a Capital e aos municípios pertencentes, a geração de empregos e a redução da desigualdade social.

Passado se 20 anos da criação da RIDE-DF, os objetivos estabelecidos para sua origem, tem sido cada vez mais desafiadores, pois foram agregados, em 2018, mais 12 municípios ao grupo, o que nos leva a refletir sobre o grau de desigualdade socioeconômica nos municípios adjacentes, suas perspectivas e os desafios que poderão ser superados, por meio dos indicadores sociais, pois os mesmos apontam pontos específicos, que dimensionam, monitora e auxilia, por meio de ações e políticas públicas a redução da desigualdade e exclusão social.

## 2 REVISÃO TEÓRICA

### 2.1 Histórico da RIDE-DF e sua Referência de Legislação

Inaugurada em 1960, a nova Capital do país proporcionou um rápido processo migratório de centenas de pessoas para região do Distrito Federal e Municípios limítrofes. O transitar dessas pessoas, deu-se pela necessidade de mão de obra e pela cidade que se tornava referência na política governamental. Brasília, desde sua criação, é uma cidade que exerce atração sobre as demais regiões do país, por ter uma infraestrutura planejada e arrojada, palco para a tomada de grandes decisões políticas, além de ser considerada referência nas áreas da educação e saúde. Devido a esse alto deslocamento migratório, ocorreu-se um sério desequilíbrio econômico e social na cidade e nos municípios, o que motivou a criação da RIDE-DF, um mecanismo que tem o intuito de, por meio de uma ação integrada entre a União, o Distrito Federal e os Municípios, pertencentes a região, implantar soluções rápidas e a médio prazo para os problemas existentes.

Por meio da vigência da Carta Política de 1988, que prevê em seu art. 43, que o desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais, abrindo possibilidades de criar-se regiões de desenvolvimento em municípios de diferentes estados, mas pertencentes ao mesmo complexo social e geoeconômico, possibilitou em a criação da considerada primeira região integrada do Brasil, a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, RIDE-DF, que teve como motivação política, a preservação da capital do país, enquanto centro administrativo e patrimônio cultural da humanidade, visando reduzir as desigualdades socioeconômicas e proporcionando o avanço do progresso, tratando de interesses e serviços comuns ao conjunto de municípios pertencentes a mesma. Instituída pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998 e regulamentada pelo Decreto nº 7.469, de 04 de maio de 2011, iniciou-se com o agrupamento do Distrito Federal e os 22 municípios de: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unai e Buritis, no Estado de Minas Gerais. Para que esses municípios constituíssem a RIDE-DF, conforme estabelecido no Parágrafo § 2º do decreto supracitado, eles deveriam desmembrar-se do território de município e passassem a ser considerados como região integrada (BRASIL, 2011).

No Artigo 2, do mesmo decreto, definiu-se que os órgãos responsáveis em gerenciar as Regiões Integradas serão, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste-SUDECO, responsável em criar o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - COARIDE, que é composto conforme previsto no art. 4º do Decreto 7.469 dos seguintes membros:

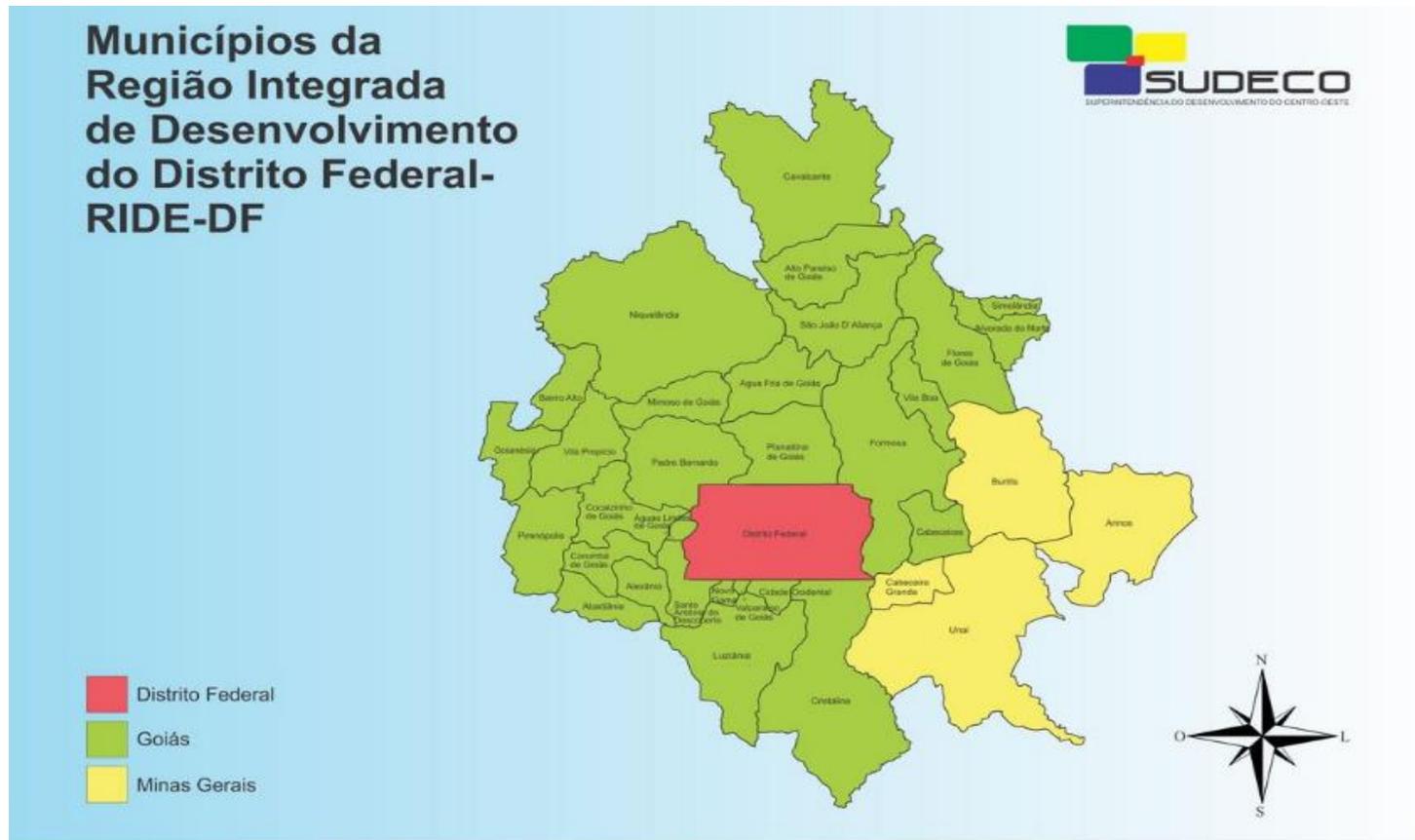
- I - o Ministro de Estado da Integração Nacional, que o presidirá;*
- II - o Diretor-Superintendente da SUDECO;*
- III - um representante, de cada um dos seguintes Ministérios, indicados por seus titulares:*
  - a) do Planejamento, Orçamento e Gestão;*
  - b) da Fazenda; e*
  - c) das Cidades;*
- IV - um representante da Casa Civil da Presidência da República, indicado por seu titular;*
- V - dois representantes do Ministério da Integração Nacional, indicados por seu titular;*
- VI - um representante da SUDECO, indicado por seu titular;*
- VII - um representante do Distrito Federal, um do Estado de Goiás e um do Estado de Minas Gerais, indicados pelos respectivos Governadores; e*
- VIII - um representante dos Municípios que integram a RIDE, indicado pelos respectivos Prefeitos.*

O Conselho tem por finalidade: coordenar as ações dos entes federados que compõem a RIDE, visando o desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais; aprovar e supervisionar planos, programas e projetos para o desenvolvimento integrado da RIDE; programar a integração e a unificação dos serviços públicos que lhes são comuns; indicar providências para compatibilizar as ações desenvolvidas na RIDE com as demais ações e instituições de desenvolvimento regional; harmonizar os programas e projetos de interesse da RIDE com os planos regionais de desenvolvimento; coordenar a execução de programas e projetos de interesse da RIDE; e aprovar seu regimento interno (BRASIL, Decreto nº 7.469, de 4 de maio de 2011, 2011).

Considerada como a quarta região mais populosa do país, com cerca de 4,5 milhões de habitantes e uma extensão territorial de 94.570,39 km<sup>2</sup> (IPEA, 2010), a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal tem como intuito, segundo a Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN, reduzir as desigualdades regionais causadas

pela alta concentração urbana decorrente do fluxo migratório entre o DF e os municípios vizinhos, ou seja busca minimizar as desigualdades sociais e regionais, possibilitando aos seus integrantes, melhorias na qualidade de vida e oportunidades, capazes de evitar- o êxodo rural e o inchaço das regiões metropolitanas, além de promover o desenvolvimento regional e a integração de planejamento da União, voltados para os Estados de Goiás de Minas Gerais, do DF, de modo que os mesmo possam integrar investimentos, orçamentos e planejamentos, implementando serviços que são de interesse comum a todos os envolvidos, como: infraestrutura; geração de empregos e capacitação profissional; saneamento básico, em especial o abastecimento de água, a coleta e o tratamento de esgoto e o serviço de limpeza pública; uso, parcelamento e ocupação do solo; transporte e sistema viário; proteção ao meio ambiente e controle da poluição ambiental; aproveitamento dos recursos hídricos e minerais; saúde e assistência social; educação e cultura; produção agropecuária e abastecimento alimentar; habitação popular; serviços de telecomunicação, turismo; e segurança pública (BRASIL, op.cit).

Após sua criação, em 1998, por meio da Lei Complementar nº 163, de 14 de junho de 2018, o então Presidente da República, o Excelentíssimo Senhor Michael Temer sancionou a integração de mais 12 municípios a RIDE-DF, no Estado de Goiás, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cavalcante, Flores de Goiás, Goianésia, Niquelândia, São João d'Aliança, Simolândia, Vila Propicio e mais dois municípios de Minas Gerais, Arinos e Cabeceira Grande, totalizando um conjunto composto de 33 municípios e o Distrito Federal conforme apontado no mapa da figura 1.



**Figura 1** – Mapa atualizado da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal

**Fonte:** [sudeco.gov.br](http://sudeco.gov.br)

No caso de Cabeceira Grande, o mesmo foi inserido automaticamente, pois adquiriu sua emancipação política, por meio da Lei Estadual nº 12.030, de 21 de dezembro de 1995, de Minas Gerais, que desvinculou a região do município de Unaí e antecedente a publicação da Lei de criação da RIDES.

Após a criação da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, foram criadas a RIDE do Polo de Petrolina /PE e Juazeiro/BA, instituída pela Lei Complementar n° 113, de 19 de setembro de 2001, e regulamentada pelo Decreto n°4.366, de 9 de setembro de 2002, composta por cinco municípios de Pernambuco e quatro municípios da Bahia, e a RIDE da Grande Teresina, criada através da Lei Complementar n° 112, de 19 de setembro de 2001, e regulamentada pelo Decreto Federal n° 4.367, de 9 de setembro de 2002, tendo doze municípios do Piauí e um município do Estado do Maranhão, e todas tem em comum o objetivo de desenvolver as regiões de forma integrada, buscando articular e harmonizar as ações administrativas entre os ente políticos com o intuito de minimizar as desigualdades regionais e as aglomerações urbanas, bem como reduzir a exclusão socioeconômica do Distrito Federal e dos municípios pertencentes.

## **2.2 Estrutura Socioeconômica do Distrito Federal e dos Municípios Adjacentes a RIDE-DF**

### **2.2.1 Distrito Federal**

Em 1892 com a determinação do então presidente Floriano Peixoto, uma equipe exploratória, composta por 21 pessoas e chefiada por Louis Ferdinand Cruls, astrônomo e geógrafo tinham como objetivo explorar e demarcar a área no Planalto Central que seria destinada ao Distrito Federal. A missão Cruls, como ficou conhecida, demarcou uma área de 14.400 km<sup>2</sup>, intitulado de “Quadrilátero Cruls”. Uma segunda comissão em 1955, foi criada e chefiada pelo marechal José Pessoa, que novamente explorou o Planalto Central e demarcou uma nova área com a extensão de 52 mil km<sup>2</sup>, demarcação essa aprovada pelo então Presidente Café Filho (PONTUAL, [2010-?]).

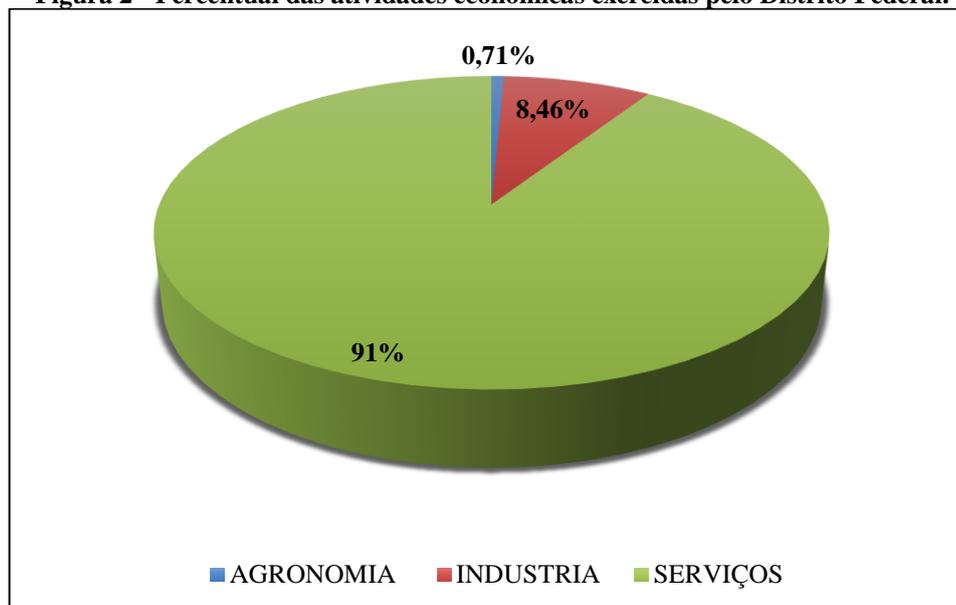
O Distrito Federal, assim como os outros 26 estados, é considerado uma Unidade Federativa do Brasil, e seu surgimento pôde dar origem a capital do país em 21 de abril de 1960, Brasília. Situado na região centro-oeste, com uma extensão de 5.802 km<sup>2</sup> e uma população estimada, em 2018, de 2.974.703 pessoas, e de origens diversificadas, é sede administrativa do Governo Federal, centro político e polo econômico, com oportunidades em diversas áreas em desenvolvimento, como, tecnologia, setor de serviços terceirizados e turismo, além de tornar-

se referência no que tange a economia criativa, tais quais, música, teatro, televisão, games, dança, moda e outras produções artísticas<sup>1</sup>.

Indicado, segundo pesquisa realizada pelo IBGE em 2016<sup>2</sup>, como o terceiro a gerar a maior economia do país, o Distrito Federal, proporcionou R\$ 235.497.106,59 bilhões de Produto Interno Bruto – PIB, possibilitando um crescimento nominal, em um período de seis anos, de 61,23%.

A região apresentou a maior uma renda *per capita* do país, no período citado, cerca de R\$ 79.099,77, sua maior atividade econômica são os serviços terceirizados e públicos, voltados para diversas áreas, como gestão pública, defesa, educação e saúde, totalizando um desempenho econômico de R\$ 103.819.469,69, levando-o a ocupar o terceiro lugar no país, no ranking dessa atividade. Outras atividades econômicas que tiveram destaque foram, a indústria com R\$9.659.849,10 na posição de décima quarta no ranking e a agropecuária, sendo considerado o décimo segundo maior produtor do país e renda de R\$ 820.754,66:

**Figura 2 - Percentual das atividades econômicas exercidas pelo Distrito Federal.**



Fonte: Elaborado pela pesquisadora por meio dos dados do IBGE (2018).

Como perspectiva de futuros empreendimentos que possam alavancar o crescimento econômicos do Distrito Federal, os ramos que tem se destacado são os de alimentos,

<sup>1</sup> Guia dos Estados, Distrito Federal. Texto extraído do guia produzido pela Rede Nacional de Informações sobre Investimentos <http://investimentos.mdic.gov.br/regioes/index/> em 2016-2017.

<sup>2</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasilia/panorama>, última informação oficial, disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

automotivos, calçados, têxtil e confecções, saúde, construção civil, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, móveis, náutica e tecnologia da informação<sup>3</sup>.

### 2.2.2 Municípios de Goiás

O estado de Goiás é composto por 246 Municípios, com uma extensão territorial de 340.086 km<sup>2</sup>, está em constante desenvolvimento devido a vasta riqueza agropecuária, natural e turística, os quais estão relacionados a vegetação do cerrado, e histórica, pois alguns dos seus municípios são referência de patrimônio histórico e cultural do nosso país. Goiás, para Ferreira et al (2012.p 17) historicamente, deve um grande potencial agropecuário, porém com a construção da Capital Federal e a sua proximidade com alguns municípios, reduziu tal potencialidade, aumentando assim as atividades correspondentes ao comércio de bens e prestação de serviços.

Desse conjunto de municípios, fazem parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal 29 municípios: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso, Vila Boa, Alto Paraíso, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cavalcante, Flores de Goiás, Goianésia, Niquelândia, São João d'Aliança, Simolândia, Vila Propício, esses municípios, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, são tipificados como sendo entorno de Brasília, embora alguns deles encontram-se oficialmente na Microrregião do Goiás. O somatório da extensão territorial desses municípios é equivalente a 68.806,296 km<sup>2</sup>, com uma população estimada, em 2018, de 1.452,534 milhões de habitantes.

A associação desses municípios, garantiu um aumento no crescimento nominal de 51,39%, de 2010 até 2016, gerando um montante de R\$ 22.738.671,59 bilhões de Produto Interno Bruto. Luziânia é a cidade que tem mantido o maior PIB, alcançando em 2016, o total de R\$ 3.439.432,77, mantendo-se, deste o período analisado, na primeira posição como município em contínuo desenvolvimento entre os municípios que integram a RIDE-DF, enquanto os municípios de Flores de Goiás, Vila Boa, Alvorada do Norte, Simolândia e Mimoso

---

<sup>3</sup> Guia dos Estados, Distrito Federal. Texto extraído do guia produzido pela Rede Nacional de Informações sobre Investimentos <http://investimentos.mdic.gov.br/regioes/index/> em 2016-2017.

apresentam-se como sendo as cinco cidades que tiveram o menor desempenho econômico em 2016 (IBGE, 2016).

É importante ressaltar que as variáveis de crescimento durante o período mencionado, resultaram na alteração do ranking de desempenho econômico dos municípios do Goiás pertencentes a Região Integrada de desenvolvimento do Distrito Federal, como demonstra a tabela:

**Tabela 1 - Ranking de Desempenho Econômico dos Municípios do Goiás Pertencentes a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal.**

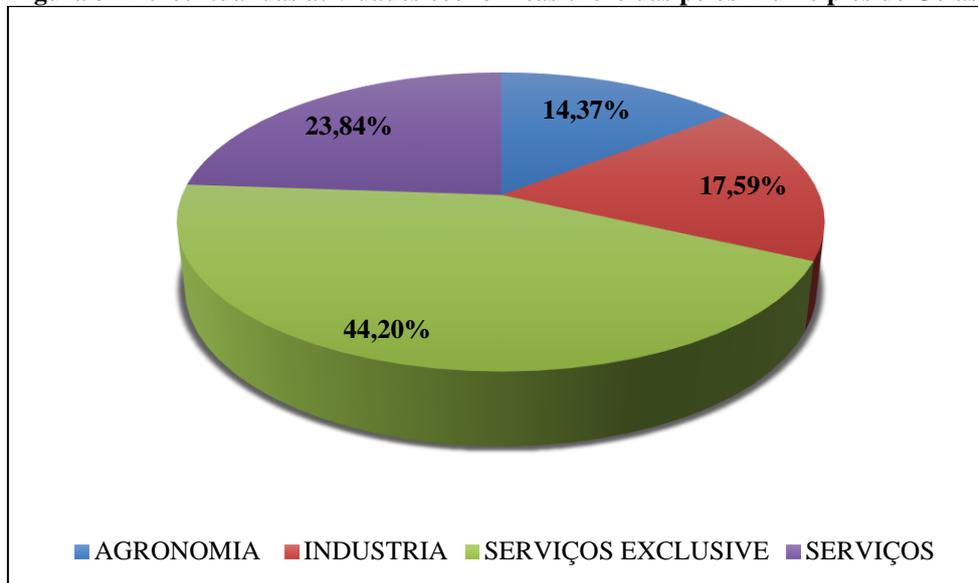
PIB 2010			PIB 2016		
Ranking	Cidade	R\$ milhões	Ranking	Cidade	R\$ milhões
1°	Luziânia	2.167.164,00	1°	Luziânia	3.439.432,77
2°	Valparaíso	1.117.499,00	2°	Cristalina	2.300.098,30
3°	Formosa	1.085.949,00	3°	Valparaíso	2.299.308,95
4°	Cristalina	1.060.336,00	4°	Formosa	2.104.727,55
5°	Niquelândia	770.876,00	5°	Águas Lindas	1.629.818,67
6°	Águas Lindas	767.597,00	6°	Alexânia	1.400.948,24
7°	Goianésia	677.334,00	7°	Goianésia	1.241.028,00
8°	Planaltina	499.465,00	8°	Planaltina	960.799,85
9°	Novo Gama	467.546,00	9°	Niquelândia	932.779,08
10°	Alexânia	344.662,00	10°	Novo Gama	813.231,31
11°	Cidade Ocidental	336.091,00	11°	Barro Alto	794.970,09
12°	Santo Antônio do Descoberto	316.167,00	12°	Cidade Ocidental	700.685,47
13°	Cavalcante	305.422,00	13°	Santo Antônio do Descoberto	590.339,76
14°	Pirenópolis	244.745,00	14°	Padre Bernardo	496.153,79
15°	Padre Bernardo	220.981,00	15°	Pirenópolis	347.412,55
16°	Cocalzinho de Goiás	153.576,00	16°	Abadiânia	287.984,49
17°	Cabeceiras	133.980,00	17°	São João d' Aliança	286.586,30
18°	Abadiânia	127.498,00	18°	Cocalzinho de Goiás	286.211,98
19°	Barro Alto	124.126,00	19°	Água Fria de Goiás	276.416,74
20°	São João d' Aliança	120.420,00	20°	Cabeceiras	271.087,56
21°	Água Fria de Goiás	118.934,00	21°	Cavalcante	250.303,89
22°	Vila Propício	92.063,00	22°	Vila Propício	210.924,43
23°	Flores de Goiás	80.493,00	23°	Alto Paraíso	160.142,72
24°	Alvorada do Norte	72.651,00	24°	Corumbá de Goiás	142.583,05
25°	Vila Boa	71.676,00	25°	Flores de Goiás	139.907,41
26°	Corumbá de Goiás	68.041,00	26°	Vila Boa	132.317,49
27°	Alto Paraíso	63.705,00	27°	Alvorada do Norte	112.650,83
28°	Simolândia	44.482,00	28°	Simolândia	90.705,81
29°	Mimoso de Goiás	30.961,00	29°	Mimoso de Goiás	41.364,38

Fonte: Elaborado pela pesquisadora por meio dos dados do IBGE (2018).

No que se refere as atividades econômicas, o somatório desses municípios, em 2016, 44,20% estava ligado ao aumento no segmento de prestação de serviços, 23,84% a administração pública e 17,59% a indústria. A agronomia representava 14,37% somando R\$

647.898,99 (bilhões). Observa-se que o setor terciário, assim como Brasília, predomina na maioria dos municípios analisados:

**Figura 3 - Percentual das atividades econômicas exercidas pelos Municípios de Goiás.**



Fonte: Elaborado pela pesquisadora por meio dos dados do IBGE (2018).

O grande desafio para os gestores recém eleitos e membros da COARIDE, será elaborar planos diretores e arrecadar recursos que possibilitem a preservação do cerrado, por concentrar uma rica e vasta área de biodiversidade, a expansão da agroindústria e do ecoturismo, promover a educação acessível a todos, além de ampliar e qualificar o investimento em ciência e tecnologia e inovação, democratizar as oportunidades de empreendedorismo e melhorar a qualidade da infraestrutura, transporte e saúde reduzindo o fluxo migratório e as desigualdades sociais persistentes a esses municípios.

### 2.2.3 Municípios de Minas Gerais

No início do século XVI, por volta de 1720, com a missão dos bandeirantes em busca de ouro e pedras preciosas, foi criada a região que hoje compreende Minas Gerais. Considerado como o estado que possui o maior número de municípios, com 853, e com uma extensão territorial de 586.520,732 km<sup>2</sup> e população de estimada de 21.040.662 pessoas, gerou em 2016, de acordo com a Agência do Instituto Brasileira de Geografia e Estatística, um Produto Interno Bruto a preços correntes estimado em R\$ 544,6 bilhões, o que o posiciona entre os cinco estados

que concentraram o maior índice do país, cerca de 64,4%, e em terceiro lugar como estado em crescimento econômico<sup>4</sup>.

Mesmo diante desse cenário, quatro municípios: Unaí, Buritis, Arinos e Cabeceira Grande, optaram por desvencilhar-se do território de município, ou seja, esses municípios separam-se do estado de Minas Gerais para integralizarem a Região Integrada de Desenvolvimento conforme prescrito no Parágrafo § 2º do Decreto N° 7.469, de 04 de maio de 2011 e da Lei Complementar N°163, de 14 de Junho de 2018.

A junção desse grupo, agregou a extensão territorial da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal, o equivalente a 19.984,10 km<sup>2</sup>, totalizando 94.592,396 km<sup>2</sup> de área pertencente a região citada. O conjunto desses municípios proporcionou em 2016, R\$ 4.197.000,50 milhões de Produto Interno Bruto e uma *renda per capita* de R\$ 103.044,09 mil de um total de 133.268 mil habitantes. No ranking de desempenho econômico Unaí mantém-se deste de 2010 a 2016, em primeiro lugar no que se refere ao PIB, seguido por Buritis, Arinos e Cabeceira Grande, gerando um crescimento nominal, no período de 6 anos, de 48,45%:

**Tabela 2 - Ranking de Desempenho Econômico dos Municípios de Minas Gerais Pertencentes a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal.**

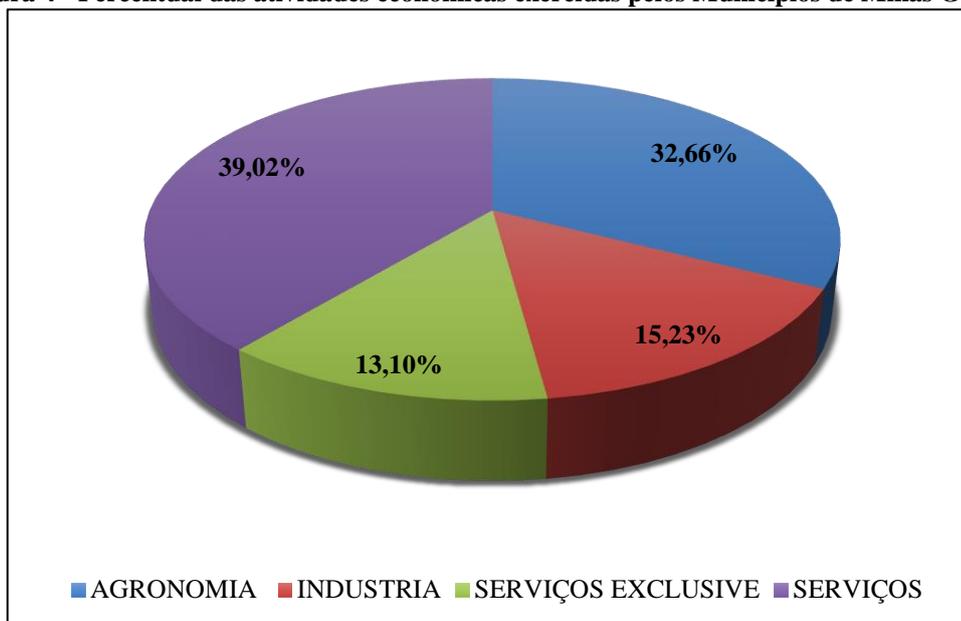
PIB 2010			PIB 2016		
Ranking	Cidade	R\$ milhões	Ranking	Cidade	R\$ milhões
1º	Unaí	1.402.293,00	1º	Unaí	3.137.942,06
2º	Buritis	378.229,00	2º	Buritis	668.722,81
3º	Arino	139.307,00	3º	Arino	204.199,16
4º	Cabeceira Grande	113.758,00	4º	Cabeceira Grande	186.136,47

Fonte: Elaborado pela pesquisadora por meio dos dados do IBGE (2018).

As atividades econômicas desses municípios arrecadaram, neste último período, um total de R\$ 2.237.523,00 milhões sendo R\$ 730.725,75 do setor agropecuário, R\$ 340.798,36 do setor de indústria, R\$ 872.975,92 de serviços públicos prestados a comunidade e R\$ 293.022,97 dos serviços terciários. A figura 3 demonstra a distribuição dessas atividades:

<sup>4</sup> Informação fornecida por Contas Regionais 2016: entre as 27 unidades da federação, Agência IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23038-contas-regionais-2016-entre-as-27-unidades-da-federacao-somente-roraima-teve-crescimento-do-pib> , novembro de 2018.

**Figura 4 - Percentual das atividades econômicas exercidas pelos Municípios de Minas Gerais.**



Fonte: Elaborado pela pesquisadora por meio dos dados do IBGE (2018).

Em termos de planejamento e perspectivas, tais municípios investem nas atividades laborais dos setores que vem apresentando um maior desenvolvimento econômico como, agronegócios, indústrias e serviços.

### **2.3 Indicadores sociais e a desigualdade socioeconômica**

A relevância que os indicadores sociais têm na abordagem das desigualdades socioeconômicas é pelo fato de que eles podem medir o perfil social de um país, estado e ou município, contrastando uma dimensão dessa realidade e permitindo aos gestores traçar políticas públicas voltadas a resolução de problemas relacionados a desigualdade social.

Surgiu no Brasil, em meados da década de 70, através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que teve como objetivo central, criar indicadores de avaliação das condições de vida da população, ampliando a perspectiva sobre o tema e rompendo com a hegemonia de indicadores econômicos que eram utilizados para estes fins. Considerado como ferramenta de planejamento, ganhando destaque em 1990 com o lançamento do projeto IDH – Índice do Desenvolvimento Humano, que argumentou a necessidade de se medir o progresso da sociedade e o funcionamento da gestão pública no país. Compostos por variáveis econômicas e sociais, tais indicadores têm por finalidade, aferir as necessidades da população, como: analfabetismo, natalidade e mortalidade, renda e desemprego, dentre outros.

Jannuzzi (2006, p. 15), aponta os indicadores sociais e sua funcionabilidade como sendo capazes de:

[...]subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais. (JANNUZZI, 2006, p.15)

Por isso, a importância da definição do indicador a ser usado para retratar o estado social de uma região ou município, pois a escolha, além de árdua, deverá ser feita de comum acordo entre os representantes políticos e a sociedade social, porque são eles que iram pontuar os critérios de relevância a serem abordados, dentre eles, as características da população, a dinâmica demográfica, o trabalho e o rendimento, saúde, justiça e segurança pública, educação e condições de vida das famílias, podendo ser classificados de acordo com as dimensões te aplicações a que se destinam, agrupamento por temáticas, análise e ou formulação de políticas sociais, tipo de informação, significado valorativo, complexidade metodológica, avaliação e ou formulação de políticas públicas. Santos (2012, p. 14), ressalta que, “para que tenha sentido, é importante que os Indicadores Sociais sejam articulados uns com os outros, enquanto elementos de um mesmo conjunto, constituindo assim um sistema”, ou seja, eles devem estar interligados, de forma coesa, para que possam originar um sistema onde tenha-se uma realidade social e ou área de intervenção programática.

Faz-se necessário distinguir os indicadores sociais das estatísticas públicas, pois indicadores sociais, tende a mensurar à totalidade da população ou grupos sociodemográficos específicos, o que depende do interesse do tema a ser abordado (micro), monitorando dados como taxas, proporções, médias índices ou classes sociais. No caso das estatísticas públicas, os dados levantados como, censos, pesquisas amostrais ou coletas nos registros administrativos de públicas, são dados sociais na sua forma bruta, utilizados para supostas análises empíricas da realidade como um todo (macro).

Segundo Oliveira et al (2010, p. 81), a montagem desses indicadores requer uma série de decisões metodológicas, entre elas:

1. Definição operacional;
2. Especificação de dimensões;
3. Obtenção de estatísticas;

4. Composição e computação das estáticas disponíveis em indicadores em indicadores sociais.

A finalidade da elaboração do sistema de indicadores sociais é proporcionar elementos para a implementação e o monitoramento do planejamento social, elevando o grau de compreensão das questões e dos problemas de um determinado campo de pesquisa, permitindo maior eficiência no uso dos recursos, eficácia no atingimento de metas e efetividade social da política pública, servindo como “instrumentos para efetivo empoderamento da sociedade civil, de controle e direcionamento das atividades do poder público” (JANUZZI, 2006, p. 35).

A importância de mapear as desigualdades sociais e seus efeitos sobre a realidade social, por meio desses indicadores, possibilita a sociedade e ou comunidade um maior embasamento sobre os assuntos atuais e relevantes para as políticas públicas, além de promover análises mais específicas no que tange as desigualdades da população como, gênero, emprego e renda, educação, pobreza, dentre outros.

### 2.3.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

Em 2013, em uma parceria entre a PNUD Brasil - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a Fundação João Pinheiro e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEIA, aceitaram o desafio de adequar à estrutura e formulação do IDH global, ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, que avalia de forma pontual as informações socioeconômicas dos 5.565 municípios brasileiros. Para a formulação desse cálculo, foram necessários extrair os dados referentes aos últimos censos demográficos, 1991, 2000 e 2010 do IBGE, considerando além dos dados específicos do IDH, a história dos municípios e do Distrito Federal, suas evoluções durante duas décadas, a qual encontra-se disponível no Atlas de Desenvolvimento Humano<sup>5</sup>. Considerado pela Organização das Nações Unidas – ONU, como o indicador mais adequado para mensurar as condições de grupos sociais menores, sendo formulado a partir dos subíndices:

---

<sup>5</sup> . O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil disponibiliza, ainda, além desses índices, mais de 200 indicadores socioeconômicos, que permitem qualificar melhor e ampliar a análise do desenvolvimento humano nos municípios e Regiões Metropolitanas do país.

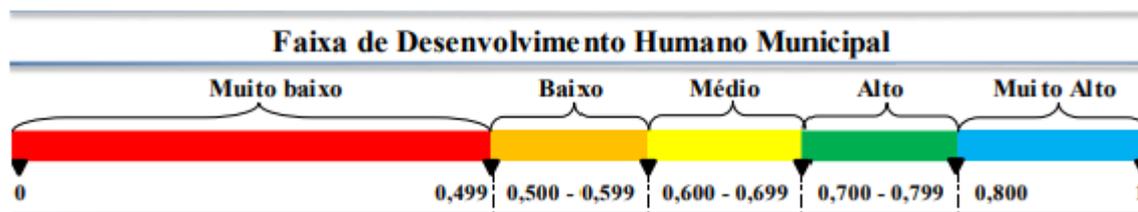
- Longevidade (IDHM-L) – que avalia as condições da qualidade de vida associada a salubridade local;
- Educação (IDHM-E) – aferindo a taxa de pessoas acima dos 15 anos de idade e a taxa de frequência na escola, comparando a população local que frequenta a escola com a população local em idade escolar;
- Renda (IDHM-R) – utiliza da renda per capita municipal, classificando o padrão de vida dos habitantes pesquisados.

O IDHM tem por objetivo medir o nível de atendimento das necessidades básicas, sendo calculado pela média geométrica elevada a raiz cúbica desses subíndices:

$$\sqrt[3]{(IDHM(L) \times IDHM(E) \times IDHM(R))} = IDHM$$

Para analisar o desenvolvimento humano dos municípios, por meio do IDHM, podem ser consideradas as seguintes faixas de desenvolvimento humano, conforme PNUD/Ipea/ FJP (2014, p. 12):

**Figura 5 – Faixa de Desenvolvimento Humano Municipal.**



Fonte: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

Ou seja, na escala de 0 a 1, o município avaliado que estiver mais próximo ou igual a 1, maior é o seu desenvolvimento humano.

Podemos considerar que o IDHM tornou-se uma importante ferramenta para a tomada de decisão dos gestores, pois proporciona formular políticas e iniciativas voltadas a minimização da desigualdade social e da maximização do desenvolvimento humano, tanto no setor público como privado, tornando-se atualmente, uma referência para a sociedade brasileira.

### 2.3.2 IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, surgiu em 2007 com o objetivo de reunir resultados do fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações, os quais são relevantes para mensurar a qualidade da educação no país e nos municípios. Segundo Fernandes (2007, p.1), “A combinação entre fluxo e aprendizagem do Ideb vai expressar em valores de 0 a 10 o andamento dos sistemas de ensino, em âmbito nacional, nas unidades da Federação e municípios, calculada por meio da fórmula”, figura x:

**Figura 6 – Escala do andamento dos sistemas de ensino.**

$IDEB_{ji} = N_{ji} P_{ji}; \quad 0 \leq N_j \leq 10; 0 \leq P_j \leq 1 \text{ e } 0 \leq IDEB_j \leq 10$
em que, i = ano do exame (Saeb e Prova Brasil) e do Censo Escolar; $N_{ji}$ = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j, obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino; $P_{ji}$ = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j;

Fonte: Elaborado por Fernandes (2007, p. 1-2)

Ou seja, obtêm-se a equação do IDEB, através do censo escolar, das médias do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, e da Prova Brasil aferidas nas unidades da federação e nos municípios, com o intuito de verificar e monitorar o tratado da educação básica, que visa o cumprimento das metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso Todos pela Educação e do eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação (IDEB, 2015).

### 3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

#### 3.1 Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa

A pesquisa metodológica pode ser definida como: “um estudo que se refere a instrumentos de captação ou de manipulação da realidade” (VERGANA, 2004, p. 12-13). Para Lakatos e Marconi (1996 apud GOMES; ARAUJO, 2005, p. 3), “pesquisar não é apenas procurar a verdade; é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos”, ou seja, é uma atividade voltada para soluções de problemas por meio do emprego de processos científicos.

Este capítulo destina-se a explicitação das características da pesquisa: apresentação do método utilizado, tipo e descrição de pesquisa adotado, caracterização da área pesquisada, setor ou área objeto de estudo, seguido da caracterização da população, amostra e instrumentos de pesquisa, finalizando com a descrição dos procedimentos de coleta e de análise empregados no estudo.

Diante do exposto, a pesquisa tem como objetivo selecionar um grupo de indicadores sociais, sugerindo uma sistemática que permita ao conjunto de municípios e o Distrito Federal pertencentes a RIDE-DF, mensurar as desigualdades socioeconômicas sobre essa população.

De caráter estatística exploratória associada à pesquisa analítica, pois tal pesquisa tende a:

organizar, medir, analisar e apresentar os dados referentes às variáveis de uma pesquisa, informando sobre sua distribuição, tendências, variabilidade e explicitando informações subjacentes ao fenômeno estudado. A análise exploratória de dados pode ser realizada independentemente da origem dos dados, se forem coletados por censo (todos os elementos da população) ou por amostragem (parte da população, aleatória ou não.” (BAPTISTA, 2014, p. 168-169).

O que proporciona ao pesquisador dados reais e compreensíveis motivando a buscar novas características e abordagens inovadoras para sua pesquisa. Com relação, à pesquisa descritiva, de acordo com Gil (2002, p. 42), “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”, proporcionando um levantamento documental com coletas, tratamento, análise e interpretação de dados secundários.

A técnica da pesquisa pode ser classificada como documental. Proetti (2006, p. 94), define essa pesquisa como sendo, “fontes de informação que não foram organizadas para serem publicadas. São elas: tabelas estatísticas [...]”, que tem por objetivo investigar, mensurar e esclarecer um problema a partir de acontecimentos históricos relatados em documentos e ou relatórios.

Quanto a forma de análise de dados da pesquisa optou-se por uma avaliação quantitativa, por tratar dos dados e das referências realizadas utilizando métodos e procedimentos estáticos, o que justifica-se a forma adequada para compreender a natureza de fenômeno social.

### **3.2 Caracterização da organização, setor ou área *locus* do estudo**

Composta por um conjunto de 33 municípios e o Distrito Federal, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal possuem uma população, segundo o levantamento do IBGE, em 2018, de 1.452,534 milhões de habitantes.

Para facilitação da pesquisa, as variáveis utilizadas foram o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB coletas na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, possibilitando trabalhar com os dados em planilhas e em banco de dados, facilitando as análises dos Indicadores Sociais e fornecendo um retrato do nível de desenvolvimento dos aspectos relacionados a educação, longevidade e renda, dados aos quais foram coletados de forma fidedigna, sem qualquer alteração ou correção, apresentando-se como variáveis quantitativas evolutivas.

### **3.3 População e amostra ou Participantes da pesquisa**

Tratou-se dos Indicadores Sociais, IDHM e IDEB, aplicados a RIDE-DF, com intuito de mensurar o nível de evolução socioeconômica e a redução de desigualdade social nessa região.

### **3.4 Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa**

O processo de desenvolvimento da pesquisa inicia-se com o levantamento bibliográfico indicado no corpo desta pesquisa. As informações levantadas foram devidamente avaliadas e interpretadas, de modo a permitir a verificação e a extração de contribuições a serem utilizadas de acordo com o objeto de pesquisa.

Em seguida, houve o tratamento dos dados em planilhas, gráficos e ou banco de dados, tendo como foco associar e apurar se os indicadores sociais apontam uma evolução socioeconômica e redução de desigualdade na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal. Nesse caso, trata-se de um levantamento voltado a classificação dos indicadores sociais segundo o propósito a que serve.

Os dados obtidos nesse processo serão lançados em planilhas, as quais proporcionaram gráficos que padronizaram as informações quanto às dimensões e aspectos abordados na pesquisa.

Por fim, foram apresentadas as considerações finais e a conclusão dos achados e os possíveis avanços com esta pesquisa, os quais demandam maior aprofundamento em futuros trabalhos.

### **3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados**

O procedimento de apuração, tratamento e análise dos dados em planilhas e gráficos de dados, com vistas a mensurar se os indicadores sociais se os indicadores sociais apontam uma evolução socioeconômica e redução de desigualdade na RIDE-DF

A extração de dados, fez-se em banco de informações disponíveis em sites públicos conforme demonstrado no quadro:

**Quadro 1 – Dados Utilizados.**

<b>Variável</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>
IDH-M	Índice que retrata o nível de desenvolvimento humano, por meio de aspectos como educação, longevidade e renda	IBGE (2018)
IDEB	Avalia a qualidade do ensino em cada escola o Brasil, a partir dos dados sobre o rendimento e desempenho dos alunos, obtidos no censo escolar e das médias de desempenho nas avaliações aplicadas pelo Sistema de Avaliação Básica - SAEB e a Prova Brasil.	INEP /MEC (2018)
PIB per capita	Indicador utilizado para mensurar o grau de desenvolvimento econômico do país e ou município e o quanto seus cidadãos podem se beneficiar. Considera o nível de desigualdade da sociedade.	IBGE (2018)
IPCA	Mede, por meio de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, a variação de preços do mercado para o consumidor final.	IBGE (2018)
Taxa de mortalidade Média	Utiliza o quantitativo dos nascidos vivos na região pesquisada e divide-se pelos óbitos infantis no período analisado.	DATASUS (2018)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de informações disponibilizadas pelo IBGE (2018), INEP /MEC (2018) e DATASUS (2018).

Com relação ao foco ou etapa a que se refere os indicadores sociais, utilizou-se da disponibilidade dos dados em formato compatível com o aplicativo Microsoft Excel, o que possibilitou gerar planilhas e gráficos com campos que permitem aplicar operações e ou funções próprias do software citado, além de considerar as equações aplicadas para os indicadores analisados, sendo que para IDHM utilizou-se da escala de 0 a 1 para o Desenvolvimento Humano Municipal e do desvio padrão para aferir o nível de espalhamento da desigualdade social na RIDE-DF.

Nesse caso, a aplicação desta análise deu-se à validação do levantamento principal da pesquisa identificando-se com eficiência o objetivo central, podendo ser utilizado como ferramenta para implementação de políticas públicas voltadas para o tema abordado.

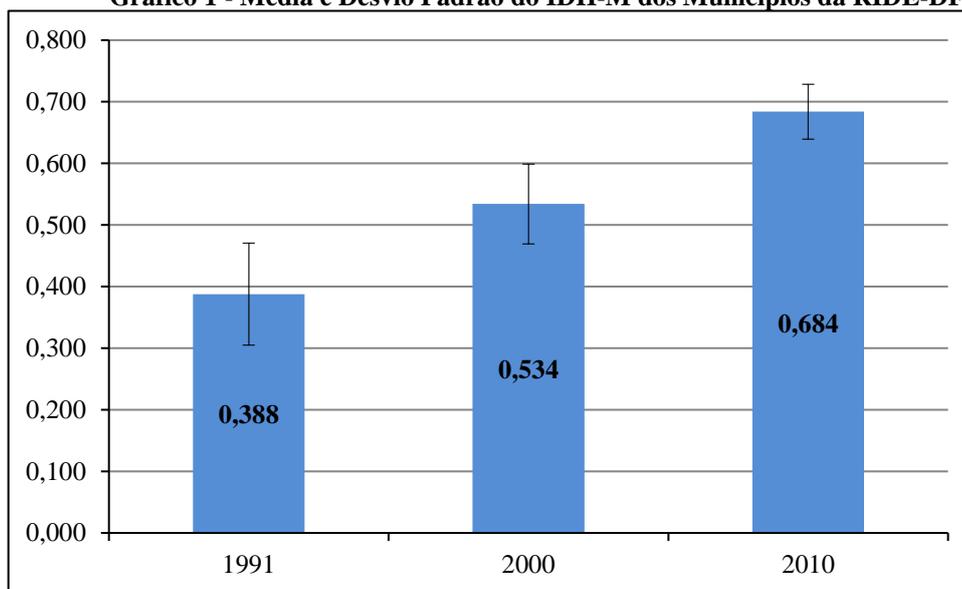
## **4 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA**

O capítulo visa apontar os principais indicadores, que dentro da sistematização proposta, aponte se a RIDE-DF está atingindo seus principais objetivos que são reduzir as desigualdades sociais, proporcionando de forma igualitária os interesses e serviços comuns a seus integrantes, proporcionando o avanço do progresso.

### **4.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M**

Em uma análise evolutiva, no período de 1991 a 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da RIDE-DF, passou de 0,388 em 1991 para 0,684 em 2010 (Gráfico 1). Assim, segundo a classificação de faixas de desenvolvimento do PNUD a RIDE-DF passou de baixo para médio desenvolvimento, em termos médios. Assim, o IDH-M médio da região apresentou uma taxa de crescimento de 54% no período.

Dos municípios pertencentes a essa região, os que demonstram um elevado desenvolvimento humano, são Brasília, com 0,824, por ter uma elevada renda per capita, maiores ofertas de empregos, qualidade na infraestrutura, no que se refere a educação, saúde, energia elétrica, abastecimento de água e tratamento de esgoto (RIBEIRO et al, 2015), seguido de Valparaíso, Formosa, Barro Alto e Unai, elevando-se na faixa de desenvolvimento humano para o nível alto, enquanto Cavalcante e Flores de Goiás permanecem com o menor índice . (Tabela 3, Apêndice A).

**Gráfico 1 - Média e Desvio Padrão do IDH-M dos Municípios da RIDE-DF.**

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados do IBGE (2018).

Observando a evolução do desvio padrão do IDH-M, o gráfico, aponta redução de 0,14 no período, o que significa que com o passar dos anos os municípios da RIDE-DF estão ficando mais semelhantes em termos de desenvolvimento humano, havendo também uma redução substancial na disparidade entre os municípios (APÊNDICE A)

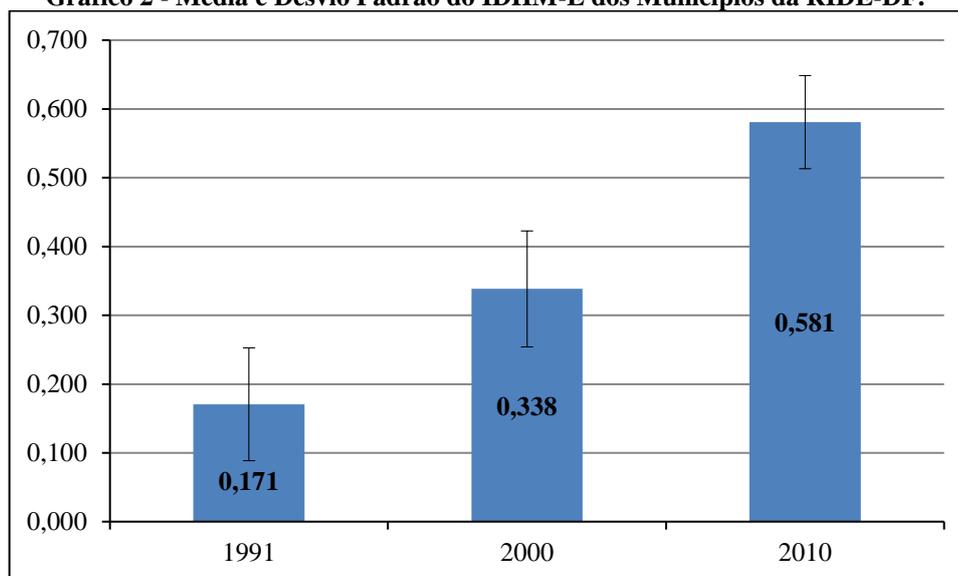
## 4.2 Educação

Analisar o desempenho da educação é de extrema relevância, pois para o senso comum, entende-se que é por meio dela que a sociedade pode alavancar seu desenvolvimento e proporcionar melhorias na qualidade de vida. No Brasil, a escolaridade média vem aumentando, ano após ano, diminuindo cada vez mais a taxa de analfabetismo.

Para a análise da educação na RIDE-DF, foram selecionados os indicadores IDHM-e o IDEB, pois têm como foco central, mensurar o fluxo e o aprendizado, as aprovações e desempenhos dos alunos, monitorando o nível de crescimento educacional dos municípios.

Neste tópico é apresentada a evolução desses dois componentes.

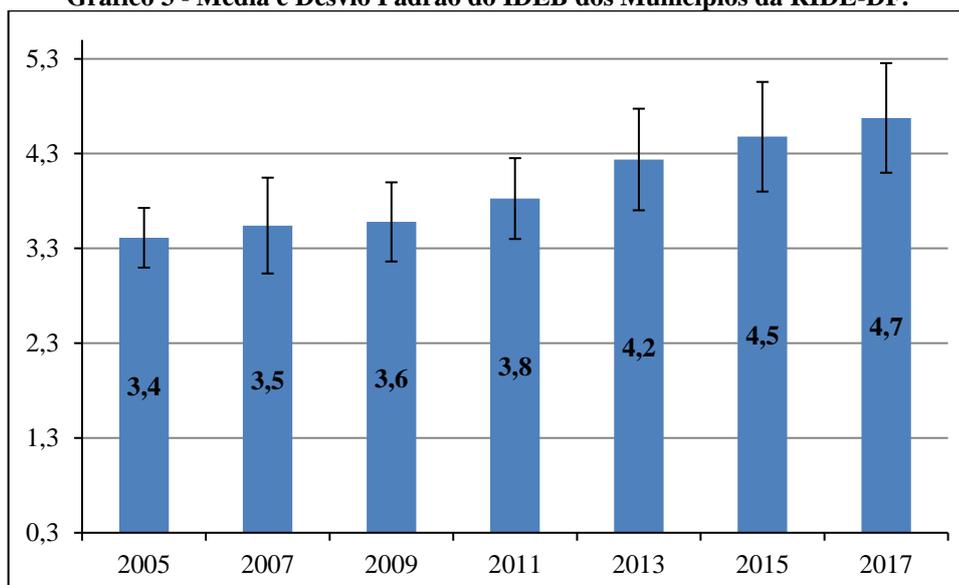
Com relação ao IDHM-E da RIDE-DF, verifica-se um crescimento de 36%, com isso a região, no que tange a faixa de desenvolvimento humano municipal, passou de muito baixo (0,171), em 1991, para baixo (0,581) em 2010. (Gráfico 2). Brasília, manteve-se em constante evolução, relacionado a educação, média de 0,742, colocando-o na faixa como muito alto, o que difere de Cavalcante, média 0,415, considerado o município com pior IDHM-E.

**Gráfico 2 - Média e Desvio Padrão do IDHM-E dos Municípios da RIDE-DF.**

Fonte: Elaboração Elaborado pela pesquisadora com base nos dados do IBGE (2018).

Em termos de desvio padrão, para o indicador analisado, a região melhorou com o passar do tempo, e a homogeneidade, ou seja, a diferença entre os municípios vem reduzindo.

Na análise feito pelo Índice de Educação Básica – IDEB, ao qual foi criado em 2007, ao contrário do IDHM – E, vem mostrando uma maior heterogeneidade, ou uma maior diferença entre os municípios pesquisados, fazendo necessário salientar que o período de análise, 2005 a 2017, acarreta a diferenciação na conclusão dos dados (Gráfico 3) :

**Gráfico 3 - Média e Desvio Padrão do IDEB dos Municípios da RIDE-DF.**

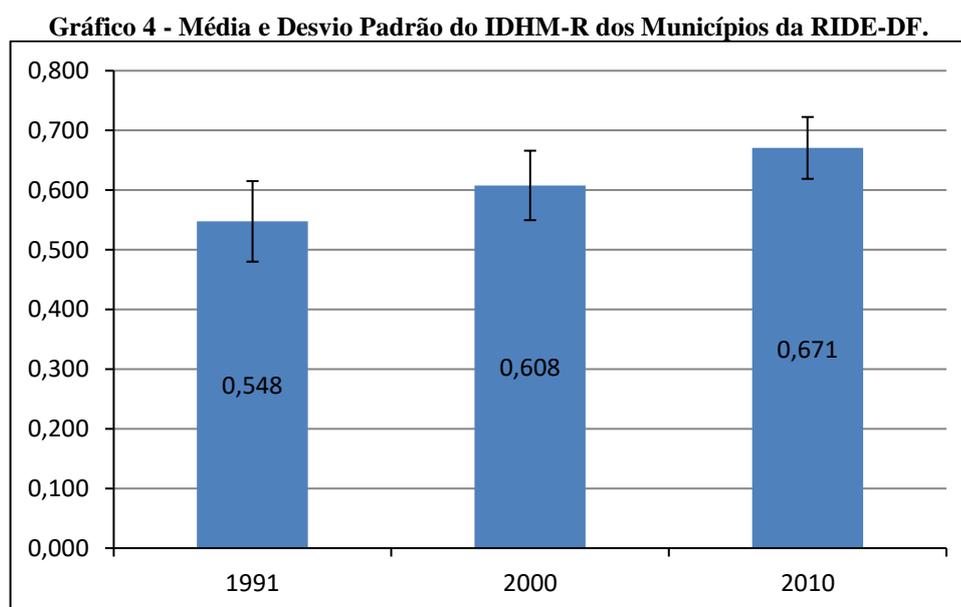
Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados do IDEB (2018).

Conforme observa-se nos gráficos, os valores apresentados de desvio padrão, pelo IDEB, infere-se que a diferença entre os municípios adjacentes e o Distrito Federal, vem aumentando entre si, o que se contrapõe, o que vai de encontro aos dados relativos ao IDHM-E, demonstrando que com a evolução do período analisado, por outro indicador, aumentou em 0,10 no que tange a desigualdade educacional nos municípios analisados (APÊNDICE ...), isso ocorre, porque apesar de ambos os índices estarem relacionados a fatores educacionais, existe um nível de diferenciação nos dados mensurados que, apontam para uma melhora morosa, pois em 2005 a diferença entre os municípios era menor do que se observa na atualidade (2017).

### 4.3 Renda

Mensurar o potencial de geração e distribuição de renda é uma das dimensões de essencial relevância para análise de desenvolvimento de um território.

Esse tópico busca analisar se houve desenvolvimento, na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, por meio IDHM-R, do PIB per capita e do IPCA no período de 2010 a 2016, para tanto utiliza-se dos gráficos para sintetizar a evolução dos índices supracitados.

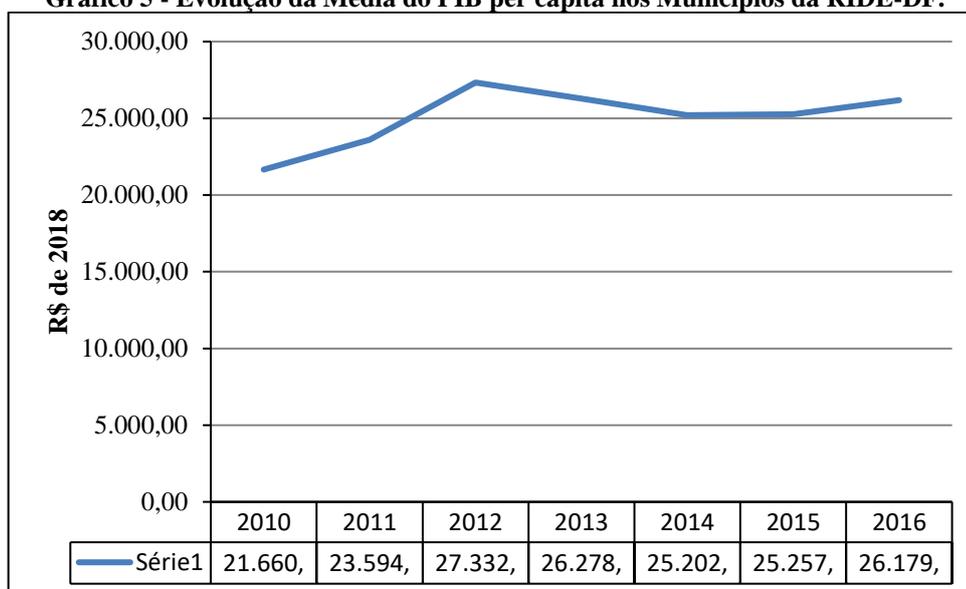


Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados do IBGE (2018).

A referência de metodologia adotada para o IDHM-R, é a renda per capita mensal do período. O índice evidencia um aumento de 61% nos anos destacados, demonstrando um leve crescimento da renda média na região, mantendo-se com o passar do tempo a diferença entre os municípios. Com isso, os municípios que mantem um maior ressaltado na faixa do IDHM-R continuou sendo Brasília - 0,863, seguido de Valparaíso -0,733, Formosa – 0,726 e Unai e Alto Paraíso com 0,723, ultrapassando a linha de desenvolvimento baixo (1991), para alto (2010). A evolução do índice permite notar que, por meio do desvio padrão, com o decorrer do tempo, manteve-se homogêneo, demonstrando uma minimização da diversidade de renda.

No Gráfico 5 pode-se observar a evolução do PIB per capita médio da região em análise. Constata-se que no período de 2010 a 2016, o PIB per capita apresentou crescimento real 20,9%, sinalizando uma melhora da renda.

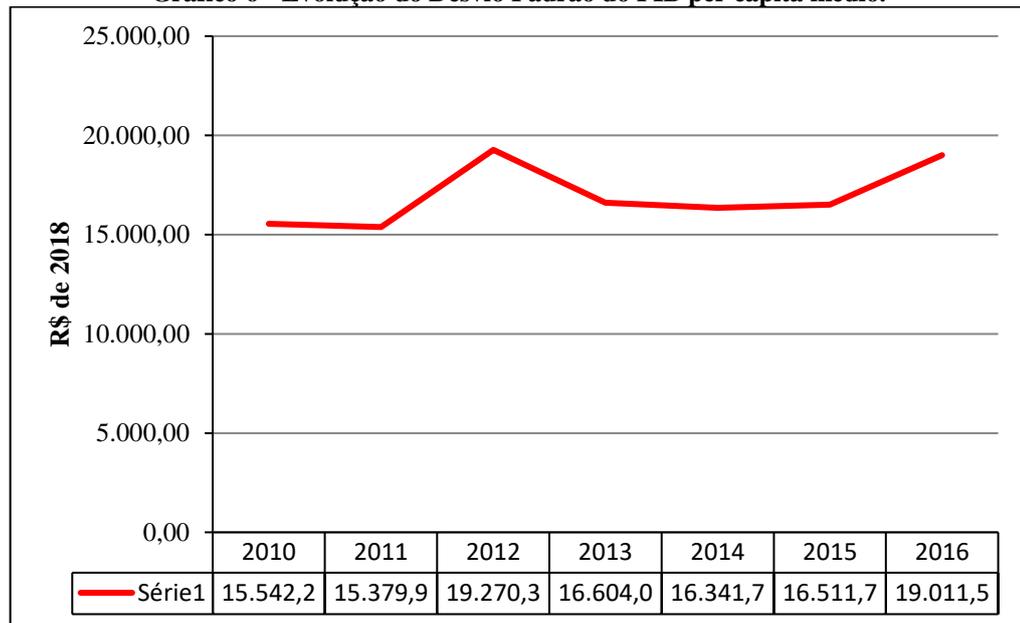
**Gráfico 5 - Evolução da Média do PIB per capita nos Municípios da RIDE-DF.**



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados do IBGE (2018).

Contudo, observa-se também que neste período o desvio padrão do PIB per capita aumentou em 22,3%, indicando uma elevação da desigualdade de renda (Gráfico 6).

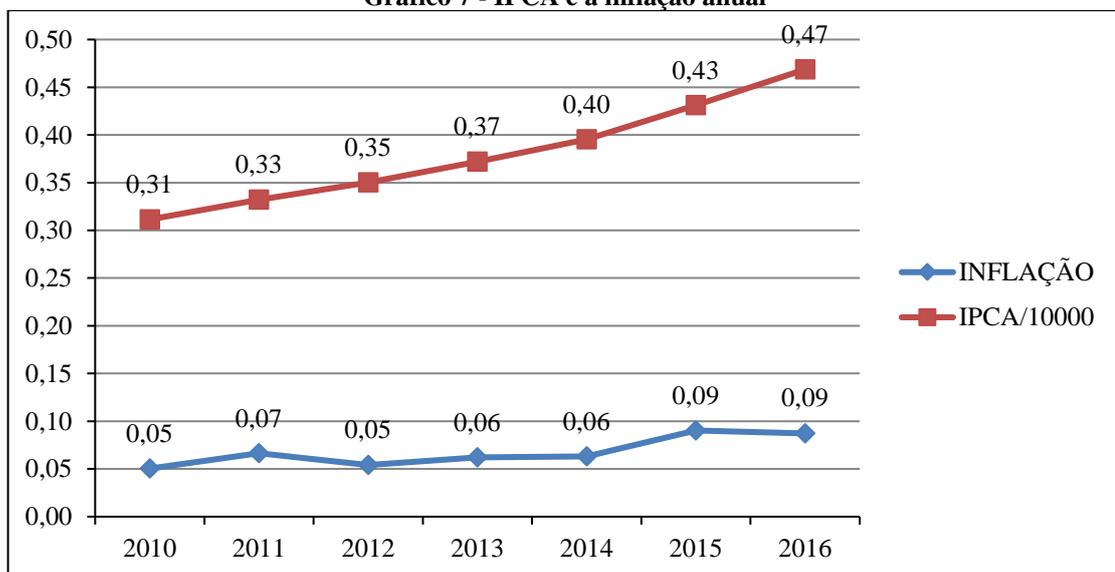
Gráfico 6 - Evolução do Desvio Padrão do PIB per capita médio.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados do IBGE (2018).

Acerca do Índice de Preço ao Consumidor – IPCA, que mede a variação de preços do mercado para o consumidor final, ascendeu de 0,31 para 0,47, no intervalo de tempo de 2010 à 2016, constatando um avanço na inflação anual de 0,05 para 0,09, o que para os padrões de desigualdade de renda significa que a inflação está acima do salário mínimo, pois o mesmo vem sendo reajustado de forma vagarosa, enquanto a inflação vem aumentando aceleradamente., conforme demonstra o gráfico:

Gráfico 7 - IPCA e a inflação anual



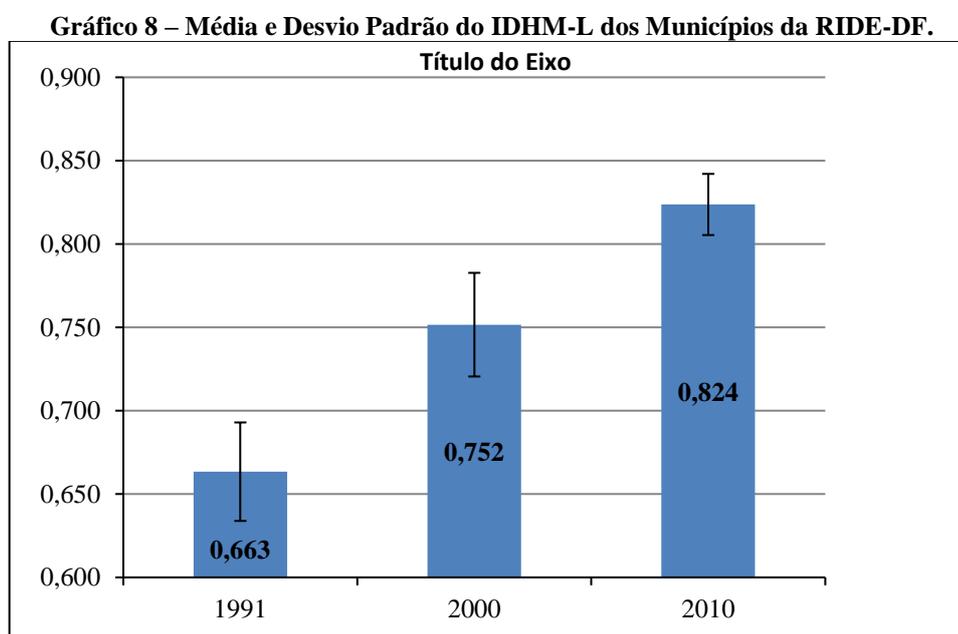
Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados do IBGE (2018).

#### 4.4 Saúde

Um tema recorrente nos debates sobre qualidade de vida e desenvolvimento é a saúde e a longevidade da população. O IDHM-L, é um considerado como o indicador de longevidade, por sintetizar, em um único número, o nível e a estrutura de mortalidade da população. Tal indicador, baseia-se na esperança de vida que a população tem ao nascer, se mantidos os padrões de mortalidade analisados em cada período.

No caso dos municípios pertencentes a RIDE-DF, o IDHM Longevidade os resultados apontam um avanço de 24% entre 1991 e 2010, atingindo o nível de desenvolvimento humano, muito alto de 0,663 para 0,824 conforme a classificação da faixa do indicador.

Constatou-se que, com relação a saúde, o desvio padrão aponta para uma diminuição na desigualdade entre os municípios, cerca 0,07 ou seja, a diferença entre o pior município, Cabeceira Grande (0,788), e o melhor município, Brasília (0,873), nesse índice, vem reduzindo com o passar do tempo.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados do IBGE (2018).

Quanto a taxa de mortalidade infantil média na região, declinou para 12,4 óbitos infantis /1000 nascidos vivos no período de 2010 a 2016, cerca de 1%. Apesar da queda na taxa, no decorrer do período (APÊNDICE F), a desigualdade no risco de morte infantil tem aumentado

nos municípios com piores condições de vida em relação àqueles que possuem condições melhores e diferenciadas.

Ao analisar o nível de desigualdade do IDHM-L e a taxa de mortalidade média da RIDE-DF, percebe-se que em termos absolutos, a diferença, no quesito saúde, desses municípios, estão cada vez mais homogêneos entre si.

#### 4.5 Discussão

Essa pesquisa buscou investigar a aplicação e o cumprimento dos objetivos estabelecidos para criação da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, que são, reduzir as desigualdades sociais e regionais, proporcionando de forma igualitária os interesses e serviços comuns a seus integrantes, impulsionando o avanço do progresso, é tendo estabelecido como metas, a melhoria da qualidade de vida, a redução da exclusão social e desigualdade socioeconômica dos municípios adjacentes e o Distrito Federal.

Foram aferidos por meio dos indicadores sociais, o IDH-M e seus índices, IDEB e Renda per capita, o que proporcionou uma análise de nivelamento dos municípios com o melhor e pior indicador, como constatado no quadro:

**Quadro 2 – Resumo dos achados da pesquisa.**

<b>Indicador</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Município com melhor indicador</b>	<b>Município com pior indicador</b>
IDH-M	Aumentou	Diminuiu	Brasília	Cavalcante
IDHM-E	Aumentou	Diminuiu	Brasília	Cavalcante
IDEB	Aumentou	Aumentou	Brasília	Mimoso de Goiás
IDHM-R	Aumentou	Diminuiu	Brasília	Flores de Goiás
Renda per capita	Aumentou	Aumentou	Brasília	Novo Gama
IDHM-L	Aumentou	Diminuiu	Brasília	Cabeceira Grande

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados do IBGE e do IDEB (2018).

Os indicadores apontam que Brasília como sendo a região que possui os melhores indicadores, com altos índices de desenvolvimento e redução de desigualdade socioeconômica, ao longo dos períodos de 2010 a 2016, com uma média nos índices de desenvolvimento humano de 85%. O IDHM-E (0,863) e o IDHM-L (0,873), em 2010, foram destaque, tornando a localidade referência para os demais municípios pertencentes a RIDE-DF.

Com o pior indicador destacou-se o município de Flores de Goiás, seguido de Novo Gama. Estes por sua vez, apresentaram os piores indicadores, no quesito educação pelo IDEB, e renda per capita, o que demonstra um aumento na desigualdade socioeconômica dessas regiões, sendo recomendável um aumento dos recursos destinados a essas áreas, agregado a implementação de políticas públicas e participativas procurando atender as necessidades e anseios dessas comunidades, sem deixar de lado os outros setores, aos quais deve-se haver uma constante monitoração por partes dos gestores, para que haja uma mudança desse cenário e a evolução do progresso.

## 5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Os principais achados permitem compreender algumas concepções acerca da qualidade de vida e diferenciadas visões de desenvolvimento socioeconômico da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, permitindo uma perspectiva mais ampla dos números apresentados no que refere-se a desigualdade social dos municípios pertencentes a região.

A caracterização da RIDE-DF proporcionou delimitar e entender geograficamente, a área contemplada pelo estudo. A representação gráfica e evolutiva dos indicadores sociais, acompanhados da respectiva análise permitiu avaliar se houve ou não a redução das desigualdades sociais e regionais, e se os serviços e os interesses comuns das comunidades estão sendo proporcionados de forma igualitária a todos, impulsionando o crescimento e o avanço do progresso nos anos que ocorreram o levantamento dos dados.

Os resultados desses indicadores, considerados a partir do desenvolvimento humano municipal, possibilitam que a questão se torne mais abrangente, ou seja, a redução da desigualdade socioeconômica e as oscilações encontradas em alguns índices, sinalizam que a gestão pública dessas localidades vem buscando aplicar melhorias quanto as necessidades demandadas pelas comunidades em relação aos aspectos sociais pesquisados.

Nota-se claramente que ocorre uma evolução positiva dos índices em maioria dos casos, demonstrando um cenário ascendente da região, que saiu dos níveis de baixo para níveis mais altos classificados pela metodologia de cada indicador, requerendo uma maior atenção pública e social na educação e oportunidade de empregos, o que alavancaria os índices das respectivas áreas e reduziriam ainda mais a desigualdade entre os municípios.

Certamente que, os municípios que possuem uma melhor estrutura de planejamento e gestão tendem a apresentar melhores indicadores, diferentemente daqueles que apresentam deficiências estruturais, tais como, pouca infraestrutura, má administração dos gastos públicos, baixos índices de escolaridades, desvio de verbas, dentre outros.

Observar as diferenças sociais dos municípios da RIDE-DF, faz-se relevante para que cada vez mais seja implementadas políticas públicas que possam exercer o seu principal objetivo que é proporcionar a homogeneidade, harmonização e o avanço progresso para todos os cidadãos pertencentes a região.

## REFERÊNCIA

BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa de. **Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa**. [Reimpr.]. – Rio de Janeiro: LTC, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. – São Paulo, Atlas, 2002.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA *et al.* **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro** – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fonte de Dados e Aplicações**. 3. ed. 2º impressão - Campinas: Editora Alínea, 2006.

PINHEIRO, Otilie Macedo. **Plano diretor e gestão urbana**. Florianópolis, Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] CAPES UAB, 2010.

PROETTI, Sidney. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo : Edicon, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, Christian Luiz da; LIMA, José Edmilson de Souza. **Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo : Saraiva, 2010.

BRASIL. Decreto nº 7.469, de 4 de maio de 2011. Regulamenta a Lei Complementar no 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal. **Presidência da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7469.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7469.htm)> Acesso em: 02 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências.. **Presidência da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp94.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp94.htm)>. Acesso em: 02 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 163, de 14 de junho de 2018. Dá nova redação ao § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. **Presidência da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp163.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp163.htm)>. Acesso em: 02 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. **Regiões Integradas de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno** – RIDE / DF. Disponível em: <[http://www.mi.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=ad54e03d-3b2b-469f-8215-c50050eca9cd&groupId=63635](http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ad54e03d-3b2b-469f-8215-c50050eca9cd&groupId=63635)>. Acesso em: 02 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Lei inclui 12 municípios na Região Integrada do Entorno do Distrito Federal**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/06/15/lei-inclui-12-municipios-na-regiao-integrada-do-entorno-do-distrito-federal>> Acesso em: 01 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste. **RIDE-DF**. Disponível em: <[http://www.sudeco.gov.br/galeria-de-imagens?p\\_p\\_id=31\\_INSTANCE\\_DNRH82ImF1As&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=normal&p\\_p\\_mode=view&p\\_p\\_col\\_id=column-1&p\\_p\\_col\\_count=1&31\\_INSTANCE\\_DNRH82ImF1As\\_struts\\_action=%2Fimage\\_gallery\\_display%2Fview&31\\_INSTANCE\\_DNRH82ImF1As\\_folderId=31348](http://www.sudeco.gov.br/galeria-de-imagens?p_p_id=31_INSTANCE_DNRH82ImF1As&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_count=1&31_INSTANCE_DNRH82ImF1As_struts_action=%2Fimage_gallery_display%2Fview&31_INSTANCE_DNRH82ImF1As_folderId=31348)> Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN. 2017. **Efeitos Encadeados de Investimentos no Distrito Federal**. Disponível em: <[http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TD\\_28\\_Efeitos\\_Encadeados\\_de\\_Investimentos\\_no\\_DF.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TD_28_Efeitos_Encadeados_de_Investimentos_no_DF.pdf)>. Acesso em: 05 de dezembro de 2018.

FERREIRA, Jhonâtas Silva; MOREIRA, Rogério Rebouças. **BRASÍLIA: UM LUGAR CENTRAL**. Disponível em: <[https://cipgeo.iesa.ufg.br/up/195/o/Brasilia\\_-\\_um\\_lugar\\_central.pdf](https://cipgeo.iesa.ufg.br/up/195/o/Brasilia_-_um_lugar_central.pdf)>. Acesso em: 03 de março de 2019.

GOMES, Fabrício Pereira; ARAUJO, Richard M. **Pesquisa Quanti-Qualitativa em Administração: uma visão holística do objeto em estudo**. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/8semead/resultado/trabalhosPDF/152.pdf>>. Acesso em 07 de nov. 2015.

IGNÁCIO, Sérgio Aparecido. **IMPORTÂNCIA DA ESTATÍSTICA PARA O PROCESSO DE CONHECIMENTO E TOMADA DE DECISÃO**. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/89>>. Acesso em: 10 de março de 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/141125\\_atlas\\_df](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_df)> . Acesso em 01 de dezembro de 2018.

Ministério da Saúde. DATASUS. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205>>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

RENAI. Rede Nacional de Informação sobre o Investimento. **GUIA DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL**. Disponível em: <<http://investimentos.mdic.gov.br/regioes/index/>> . Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

RIBEIRO, Rômulo José da Costa; TENORIO, Gabriela de Souza; HOLANDA, Frederico de. **Brasília: transformações na ordem urbana [recurso eletrônico]**. 1. ed. – Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015. Disponível em: <[SANTOS, Marcos Olímpio Gomes dos. \*\*Texto de Apoio Sobre Indicadores Sociais\*\*. Disponível em: <\[http://home.uevora.pt/~mosantos/download/IndicadoresSociais\\\_22Jul12.pdf\]\(http://home.uevora.pt/~mosantos/download/IndicadoresSociais\_22Jul12.pdf\)> . Acesso em 19 de março de 2019.](http://transformacoes.observatoriodasmetroplites.net.br/livros/?edicao=brasilia#epubcfi(/6/6[creditos.xhtml]!4[mretopole-de-brasilia]/2/2/1:0)></a>></p></div><div data-bbox=)

SILVA, Luciano Pereira da. **Determinantes de Participação Política e de Sustentabilidade Ambiental em Assentamentos rurais: um estudo de caso no Distrito Federal e Entorno**. 2014, 110f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade de Brasília / Faculdade de Agronomia e Veterinária, Brasília, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15762/1/2014\\_LucianoPereiraSilva.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15762/1/2014_LucianoPereiraSilva.pdf)>

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – DADOS DO IDH-M DOS MUNICÍPIOS DA RIDE-DF

Tabela 3 – Dados do IDH-M dos Municípios da RIDE-DF

MUNICÍPIOS	IDH-M		
	1991	2000	2010
ARINOS	0,349	0,514	0,656
BURITIS	0,377	0,566	0,672
CABECEIRA GRANDE	0,352	0,523	0,648
UNAÍ	0,447	0,651	0,736
ABADIÂNIA	0,410	0,503	0,689
ÁGUA FRIA DE GOIÁS	0,315	0,481	0,671
ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	0,387	0,497	0,686
ALEXÂNIA	0,378	0,520	0,682
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	0,428	0,572	0,713
ALVORADA DO NORTE	0,402	0,533	0,660
BARRO ALTO	0,399	0,543	0,742
CABECEIRAS	0,392	0,546	0,668
CAVALCANTE	0,285	0,396	0,584
CIDADE OCIDENTAL	0,538	0,638	0,717
COCALZINHO DE GOIÁS	0,363	0,506	0,657
CORUMBÁ DE GOIÁS	0,333	0,500	0,680
CRISTALINA	0,474	0,578	0,699
FLORES DE GOIÁS	0,231	0,447	0,597
FORMOSA	0,482	0,598	0,744
GOIANÉSIA	0,448	0,571	0,727
LUZÍÂNIA	0,430	0,550	0,701
MIMOSO DE GOIÁS	0,331	0,445	0,665
NIQUELÂNDIA	0,374	0,555	0,715
NOVO GAMA	0,451	0,546	0,684
PADRE BERNARDO	0,346	0,484	0,651
PIRENÓPOLIS	0,388	0,565	0,693

PLANALTINA	0,384	0,508	0,669
SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO	0,409	0,526	0,665
SÃO JOÃO D'ALIANÇA	0,363	0,533	0,685
SIMOLÂNDIA	0,277	0,470	0,645
VALPARAÍSO DE GOIÁS	0,531	0,632	0,746
VILA BOA	0,271	0,499	0,647
VILA PROPÍCIO	0,222	0,437	0,634
BRASÍLIA	0,616	0,725	0,824
MÉDIA	0,388	0,534	0,684
DESVIO PADRÃO	0,083	0,065	0,045

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados do IBGE (2018).

## APÊNDICE B – DADOS DO IDHM-E DOS MUNICÍPIOS DA RIDE-DF

Tabela 4 – Dados do IDHM-E dos Municípios da RIDE-DF

MUNICÍPIOS	IDHMDO -E		
	1991	2000	2010
ARINOS	0,131	0,334	0,570
BURITIS	0,162	0,379	0,558
CABECEIRA GRANDE	0,118	0,324	0,542
UNAI	0,207	0,466	0,651
ABADIÂNIA	0,188	0,292	0,579
ÁGUA FRIA DE GOIÁS	0,102	0,250	0,550
ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	0,145	0,277	0,588
ALEXÂNIA	0,158	0,318	0,568
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	0,206	0,371	0,611
ALVORADA DO NORTE	0,193	0,367	0,548
BARRO ALTO	0,187	0,356	0,682
CABECEIRAS	0,180	0,400	0,571
CAVALCANTE	0,079	0,172	0,415
CIDADE OCIDENTAL	0,338	0,486	0,641
COCALZINHO DE GOIÁS	0,138	0,310	0,531
CORUMBÁ DE GOIÁS	0,101	0,272	0,571
CRISTALINA	0,260	0,380	0,587
FLORES DE GOIÁS	0,044	0,236	0,457
FORMOSA	0,259	0,422	0,666
GOIANÉSIA	0,229	0,396	0,636
LUZIÂNIA	0,195	0,334	0,602

MIMOSO DE GOIÁS	0,115	0,231	0,543
NIQUELÂNDIA	0,147	0,365	0,640
NOVO GAMA	0,235	0,357	0,567
PADRE BERNARDO	0,124	0,261	0,515
PIRENÓPOLIS	0,151	0,387	0,604
PLANALTINA	0,156	0,286	0,566
SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO	0,183	0,334	0,556
SÃO JOÃO D'ALIANÇA	0,142	0,308	0,609
SIMOLÂNDIA	0,078	0,256	0,546
VALPARAÍSO DE GOIÁS	0,331	0,474	0,695
VILA BOA	0,060	0,310	0,534
VILA PROPÍCIO	0,040	0,211	0,505
BRASÍLIA	0,419	0,582	0,742
MÉDIA	0,171	0,338	0,581
DESVIO PADRÃO	0,082	0,084	0,068

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados do IBGE (2018).

## APÊNDICE C – DADOS DO IDEB DOS MUNICÍPIOS DA RIDE-DF

**Tabela 5 – Dados do IDEB dos Municípios da RIDE-DF**

MUNICÍPIO	IDEB							
	REDE	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Arinos	Estadual	3,5	3,5	3,7	4,2	4,0	4,6	4,5
Arinos	Municipal	-	-	-	-	-	-	-
Arinos	Pública	3,4	3,5	3,7	4,2	4,0	4,6	4,6
Buritís	Estadual	4,0	3,7	4,1	4,5	5,0	5,0	4,7
Buritís	Municipal	3,1	4,0	4,2	4,0	4,4	4,5	4,0
Buritís	Pública	3,5	3,9	4,1	4,3	4,8	4,8	4,4
Cabeceira Grande	Estadual	-	3,5	3,2	3,7	4,4	3,6	4,2
Cabeceira Grande	Municipal	-	3,1	3,4	3,4	3,8	4,3	4,1
Cabeceira Grande	Pública	-	3,3	3,1	3,6	4,0	4,1	4,1
Unai	Estadual	3,7	4,0	4,4	4,3	4,7	4,7	4,7
Unai	Municipal	3,7	3,8	4,0	4,2	4,1	4,4	4,3
Unai	Pública	3,8	3,9	4,3	4,3	4,5	4,6	4,5
Abadiânia	Estadual	3,2	3,6	3,8	3,6	4,9	4,9	5,2
Abadiânia	Pública	3,2	3,6	3,8	3,6	4,9	4,9	5,2
Água Fria de Goiás	Estadual	3,4	-	3,9	4,3	3,6	4,8	5,5
Água Fria de Goiás	Municipal	-	-	-	-	-	-	-
Água Fria de Goiás	Pública	3,4	-	3,8	4,3	3,5	4,7	5,5
Águas Lindas de Goiás	Estadual	3,1	2,7	2,8	3,2	3,4	3,4	4,4
Águas Lindas de Goiás	Pública	3,1	2,7	2,8	3,2	3,4	3,4	4,4
Alexânia	Estadual	3,5	3,5	3,7	4,1	4,4	4,4	5,1
Alexânia	Municipal	3,9	3,9	3,9	3,8	4,1	4,0	4,1
Alexânia	Pública	3,6	3,6	3,8	4,0	4,3	4,3	4,9
Alto Paraíso de Goiás	Estadual	3,7	3,8	3,8	3,7	4,0	5,0	4,6
Alto Paraíso de Goiás	Municipal	-	-	-	-	-	-	-
Alto Paraíso de Goiás	Pública	3,8	3,8	3,9	3,8	3,9	5,0	4,5
Alvorada do Norte	Estadual	2,8	3,4	3,2	3,5	4,3	4,8	5,0

Alvorada do Norte	Municipal	3,0	-	4,1	3,8	4,6	4,9	5,2
Alvorada do Norte	Pública	2,9	3,4	3,6	3,7	4,5	4,8	5,1
Barro Alto	Estadual	3,6	3,8	3,5	4,1	4,4	4,4	5,3
Barro Alto	Municipal	-	4,5	4,4	4,5	5,2	5,1	5,4
Barro Alto	Pública	3,7	4,0	3,9	4,3	4,9	4,9	5,3
Cabeceiras	Estadual	3,4	3,5	3,4	3,6	4,9	4,7	4,6
Cabeceiras	Municipal	-	-	-	-	-	-	3,6
Cabeceiras	Pública	3,3	3,4	3,4	3,6	4,9	4,7	4,4
Cavalcante	Estadual	3,1	3,6	3,1	3,4	3,6	4,2	4,5
Cavalcante	Municipal	-	-	-	-	-	-	-
Cavalcante	Pública	3,1	3,6	3,1	3,4	3,6	4,2	4,5
Cidade Ocidental	Estadual	3,0	3,6	3,9	4,4	4,8	4,9	4,9
Cidade Ocidental	Municipal	3,3	3,5	3,4	3,2	3,7	3,8	4,3
Cidade Ocidental	Pública	3,2	3,5	3,6	3,5	4,0	4,1	4,5
Cocalzinho de Goiás	Estadual	3,6	3,3	3,3	3,8	4,6	4,1	4,9
Cocalzinho de Goiás	Municipal	2,9	3,2	3,5	3,8	3,5	3,5	4,6
Cocalzinho de Goiás	Pública	3,2	3,3	3,5	3,8	3,8	3,7	4,7
Corumbá de Goiás	Estadual	3,8	3,7	3,6	4,4	5,0	4,7	5,0
Corumbá de Goiás	Pública	3,8	3,7	3,6	4,4	5,0	4,7	5,0
Cristalina	Estadual	3,2	3,0	2,9	3,5	4,3	4,7	5,0
Cristalina	Municipal	3,4	4,3	3,9	4,3	4,4	4,3	5,2
Cristalina	Pública	3,3	3,6	3,4	3,8	4,4	4,4	5,0
Flores de Goiás	Estadual	3,6	3,3	3,6	4,2	4,6	4,3	4,4
Flores de Goiás	Municipal	-	-	-	-	-	-	3,4
Flores de Goiás	Pública	3,4	3,3	3,0	4,0	4,3	4,0	4,0
Formosa	Estadual	3,2	3,3	3,5	3,8	4,3	4,4	4,7
Formosa	Municipal	4,0	4,1	4,2	3,9	4,2	4,3	3,8
Formosa	Pública	3,4	3,6	3,9	3,9	4,2	4,3	4,2
Goianésia	Estadual	4,0	4,0	4,1	4,5	5,4	5,6	5,8
Goianésia	Pública	4,0	4,0	4,1	4,5	5,4	5,6	5,8
Luziânia	Estadual	3,0	3,2	3,4	3,6	4,3	4,7	5,2
Luziânia	Municipal	-	-	-	-	3,3	-	-

Luziânia	Pública	3,0	3,2	3,4	3,6	4,3	4,7	5,2
Mimoso de Goiás	Estadual	3,7	-	3,3	2,8	4,3	4,3	3,7
Mimoso de Goiás	Pública	3,7	-	3,3	2,8	4,3	4,3	3,7
Niquelândia	Estadual	3,6	3,6	3,7	4,1	4,4	5,1	5,3
Niquelândia	Municipal	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	4,5	4,6
Niquelândia	Pública	3,6	3,6	3,6	3,9	4,3	4,9	5,2
Novo Gama	Estadual	3,2	2,8	2,7	3,1	3,7	3,8	4,4
Novo Gama	Municipal	-	-	-	-	-	-	-
Novo Gama	Pública	3,2	2,8	2,7	3,1	3,7	3,8	4,4
Padre Bernardo	Estadual	2,7	2,7	2,5	2,6	3,8	3,6	4,8
Padre Bernardo	Municipal	3,0	3,1	3,4	3,6	3,9	4,3	4,5
Padre Bernardo	Pública	3,0	3,0	3,2	3,3	3,9	4,2	4,6
Pirenópolis	Estadual	3,7	3,7	4,0	4,2	4,5	4,9	4,9
Pirenópolis	Pública	3,7	3,7	4,0	4,2	4,5	4,9	4,9
Planaltina	Estadual	3,0	3,0	3,2	3,3	4,1	4,3	4,6
Planaltina	Municipal	3,1	3,2	3,4	3,4	3,5	3,9	4,0
Planaltina	Pública	3,0	3,1	3,4	3,4	3,8	4,0	4,2
Santo Antônio do Descoberto	Estadual	3,4	3,3	2,9	3,7	3,7	3,7	4,3
Santo Antônio do Descoberto	Municipal	-	3,6	3,6	3,9	3,6	3,7	4,1
Santo Antônio do Descoberto	Pública	3,3	3,4	3,3	3,8	3,6	3,7	4,2
São João d'Aliança	Estadual	3,4	3,7	3,9	4,2	4,6	4,8	5,0
São João d'Aliança	Municipal	-	-	-	-	-	-	-
São João d'Aliança	Pública	3,3	3,7	3,8	3,9	4,4	4,7	4,9
Simolândia	Estadual	3,5	4,0	3,4	4,3	3,7	5,1	5,0
Simolândia	Pública	3,5	4,0	3,4	4,3	3,7	5,1	5,0
Valparaíso de Goiás	Estadual	3,5	3,2	3,0	3,5	4,1	4,5	5,1
Valparaíso de Goiás	Municipal	3,8	3,6	3,8	3,9	3,9	3,9	4,1
Valparaíso de Goiás	Pública	3,6	3,4	3,5	3,7	4,0	4,1	4,4
Vila Boa	Estadual	3,9	3,2	2,9	3,6	4,1	-	4,1
Vila Boa	Municipal	-	3,7	4,0	4,6	4,1	4,3	4,1
Vila Boa	Pública	3,9	3,5	3,6	4,2	4,1	4,3	4,1
Vila Propício	Estadual	3,6	3,1	4,1	3,8	5,0	5,4	5,4

Vila Propício	Pública	3,6	3,1	4,1	3,8	5,0	5,4	5,4
Brasília	Federal	-	6,7	-	-	6,2	7,2	7,3
Brasília	Estadual	3,2	3,5	3,9	3,9	3,8	4,0	4,3
Brasília	Pública	3,2	3,5	3,9	3,9	3,9	4,0	4,3
MÉDIA		3,4	3,5	3,6	3,8	4,2	4,5	4,7
DESVIO PADRÃO		0,315	0,506	0,418	0,427	0,536	0,579	0,578

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados do INEP/MEC (2018).

APÊNDICE D – DADOS DO IDHM-R DOS MUNICÍPIOS DA RIDE-DF

**Tabela 6 – Dados do IDHM-R dos Municípios da RIDE-DF**

MUNICÍPIOS	IDHM-R		
	1991	2000	2010
ARINOS	0,492	0,548	0,607
BURITIS	0,497	0,661	0,666
CABECEIRA GRANDE	0,531	0,574	0,638
UNAI	0,579	0,714	0,723
ABADIÂNIA	0,560	0,598	0,671
ÁGUA FRIA DE GOIÁS	0,489	0,599	0,672
ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	0,600	0,583	0,647
ALEXÂNIA	0,529	0,600	0,664
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	0,555	0,640	0,723
ALVORADA DO NORTE	0,545	0,587	0,640
BARRO ALTO	0,495	0,569	0,701
CABECEIRAS	0,528	0,579	0,637
CAVALCANTE	0,458	0,509	0,595
CIDADE OCIDENTAL	0,650	0,670	0,706
COCALZINHO DE GOIÁS	0,547	0,567	0,648
CORUMBÁ DE GOIÁS	0,550	0,616	0,665
CRISTALINA	0,586	0,646	0,716
FLORES DE GOIÁS	0,465	0,543	0,583
FORMOSA	0,631	0,653	0,726
GOIANÉSIA	0,585	0,629	0,719
LUZIÂNIA	0,614	0,639	0,689
MIMOSO DE GOIÁS	0,487	0,525	0,656
NIQUELÂNDIA	0,548	0,627	0,709
NOVO GAMA	0,589	0,619	0,664
PADRE BERNARDO	0,517	0,598	0,670
PIRENÓPOLIS	0,579	0,610	0,678
PLANALTINA	0,554	0,602	0,653

SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO	0,559	0,576	0,647
SÃO JOÃO D'ALIANÇA	0,514	0,654	0,650
SIMOLÂNDIA	0,429	0,545	0,595
VALPARAÍSO DE GOIÁS	0,660	0,686	0,733
VILA BOA	0,512	0,554	0,619
VILA PROPÍCIO	0,421	0,539	0,629
BRASÍLIA	0,762	0,805	0,863
MÉDIA	0,548	0,608	0,671
DESVIO PADRÃO	0,068	0,058	0,052

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados do IBGE (2018).

APÊNDICE E – DADOS DO PIB PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS DA RIDE-DF

Tabela 7 - PIB per capita - RIDE-DF

Município	PIB per capita [R\$ de 2018]						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
ABADIÂNIA	13.061,71	14.313,11	16.683,27	17.115,07	20.216,27	18.650,95	16.759,51
ÁGUA FRIA DE GOIÁS	37.669,99	34.857,27	44.882,57	41.572,69	38.099,86	42.614,16	53.313,39
ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	7.765,91	8.292,43	9.159,49	9.389,14	9.962,91	9.620,42	9.126,83
ALEXÂNIA	23.342,01	22.981,66	27.953,09	33.501,88	32.990,88	32.597,60	56.784,30
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	14.977,07	16.869,33	19.322,12	19.530,46	20.667,44	21.866,45	23.039,05
ALVORADA DO NORTE	14.486,48	14.034,57	16.066,75	15.291,13	15.663,74	14.838,68	14.050,24
BARRO ALTO	23.021,10	32.107,53	74.887,38	65.158,80	71.997,22	70.338,81	83.293,23
CABECEIRAS	29.432,21	33.428,22	39.256,96	35.768,86	33.688,73	33.121,62	36.882,47
CAVALCANTE	52.466,52	47.820,10	73.056,25	50.870,36	27.244,26	29.822,95	27.135,27
CIDADE OCIDENTAL	9.705,31	10.049,61	10.723,72	11.370,13	11.878,15	11.630,80	11.468,22
COCALZINHO DE GOIÁS	14.250,55	23.597,36	18.945,29	17.701,52	18.365,08	17.439,47	15.860,21
CORUMBÁ DE GOIÁS	10.614,96	11.128,96	13.451,80	14.600,46	16.107,15	15.428,83	13.869,97
CRISTALINA	36.744,22	37.763,68	46.969,10	46.401,85	44.444,58	42.485,55	45.393,90
FLORES DE GOIÁS	10.772,46	10.783,05	11.230,05	11.160,66	11.392,84	10.638,01	10.173,82
FORMOSA	17.509,66	18.508,24	20.309,23	19.412,64	19.767,46	20.102,55	19.792,50
GOIANÉSIA	18.356,53	19.123,92	19.615,20	20.411,57	20.521,65	19.477,23	19.968,00
LUZIÂNIA	20.036,19	20.410,41	21.825,96	22.304,84	20.583,95	20.154,87	18.735,59
MIMOSO DE GOIÁS	18.608,45	22.007,10	25.117,63	32.275,78	21.769,90	15.913,77	16.380,40
NIQUELÂNDIA	29.353,30	34.230,91	35.310,21	31.757,24	29.078,83	30.868,21	21.944,83

NOVO GAMA	7.940,98	8.592,26	8.792,23	8.988,01	9.116,31	8.720,07	8.044,36
PADRE BERNARDO	12.878,94	15.010,88	16.716,12	19.064,89	16.094,50	17.953,00	16.812,97
PIRENÓPOLIS	17.123,50	17.681,27	17.596,82	20.083,34	20.878,99	17.838,39	15.142,12
PLANALTINA	9.876,06	10.977,58	12.149,41	12.238,14	13.014,76	12.195,03	11.684,75
SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO	8.077,29	8.846,35	9.519,58	9.803,29	10.050,40	9.425,36	8.922,70
SÃO JOÃO D'ALIANÇA	18.951,29	19.962,03	20.918,18	19.998,16	22.121,54	22.133,64	24.864,73
SIMOLÂNDIA	11.023,12	11.910,99	12.588,14	12.679,44	14.186,41	14.704,54	14.173,20
VALPARAÍSO DE GOIÁS	13.564,44	15.434,00	16.010,74	15.094,10	16.795,92	16.398,29	15.763,57
VILA BOA	24.391,80	26.258,30	25.638,19	26.602,48	21.417,39	23.603,84	25.270,52
VILA PROPÍCIO	28.875,68	32.858,48	38.425,14	35.398,22	31.893,94	41.587,80	40.140,22
ARINOS	11.467,19	11.738,01	12.836,45	12.910,65	12.704,40	12.660,75	12.010,65
BURITIS	23.880,44	34.837,58	35.195,15	30.104,76	29.518,50	28.815,13	29.241,64
CABECEIRA GRANDE	27.780,15	32.617,63	32.342,99	32.674,69	32.635,20	34.532,41	28.924,52
UNAI	27.663,12	33.560,76	36.846,73	37.002,33	34.018,06	34.315,80	40.325,13
BRASÍLIA	90.777,45	89.620,94	88.956,83	85.240,44	88.001,45	86.256,96	84.824,64
MÉDIA	21.660,18	23.594,55	27.332,32	26.278,77	25.202,61	25.257,41	26.179,92
DESVIO PADRÃO	15.542,20	15.379,93	19.270,37	16.604,00	16.341,77	16.511,72	19.011,50

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados do IBGE (2018).

## APÊNDICE F – DADOS DO IDHM-L DOS MUNICÍPIOS DA RIDE-DF

Tabela 8 – Dados do IDHM-L dos Municípios da RIDE-DF

MUNICÍPIOS	IDHM-L		
	1991	2000	2010
ARINOS	0,660	0,744	0,815
BURITIS	0,665	0,723	0,815
CABECEIRA GRANDE	0,697	0,771	0,788
UNAI	0,744	0,829	0,847
ABADIÂNIA	0,656	0,730	0,841
ÁGUA FRIA DE GOIÁS	0,629	0,742	0,817
ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	0,667	0,762	0,848
ALEXÂNIA	0,647	0,735	0,841
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	0,687	0,787	0,819
ALVORADA DO NORTE	0,618	0,702	0,819
BARRO ALTO	0,684	0,789	0,854
CABECEIRAS	0,635	0,702	0,819
CAVALCANTE	0,640	0,710	0,808
CIDADE OCIDENTAL	0,710	0,797	0,814
COCALZINHO DE GOIÁS	0,632	0,735	0,826
CORUMBÁ DE GOIÁS	0,665	0,746	0,829
CRISTALINA	0,699	0,788	0,814
FLORES DE GOIÁS	0,600	0,697	0,799
FORMOSA	0,684	0,776	0,852
GOIANÉSIA	0,670	0,749	0,840
LUZIÂNIA	0,665	0,779	0,831
MIMOSO DE GOIÁS	0,648	0,728	0,825
NIQUELÂNDIA	0,647	0,749	0,806
NOVO GAMA	0,661	0,735	0,851
PADRE BERNARDO	0,648	0,728	0,801
PIRENÓPOLIS	0,667	0,765	0,813

PLANALTINA	0,657	0,760	0,810
SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO	0,669	0,755	0,818
SÃO JOÃO D'ALIANÇA	0,653	0,753	0,812
SIMOLÂNDIA	0,637	0,742	0,826
VALPARAÍSO DE GOIÁS	0,687	0,776	0,815
VILA BOA	0,648	0,724	0,818
VILA PROPÍCIO	0,649	0,733	0,802
BRASÍLIA	0,731	0,814	0,873
MÉDIA	0,663	0,752	0,824
DESVIO PADRÃO	0,030	0,031	0,018

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados do IBGE.